

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Tatiane Nunes da Silva Pereira

O trabalho do Assistente Social inserido no campo da Proteção Básica: um estudo a
partir da realidade do Vale do Ribeira

Mestrado em Serviço Social

São Paulo
2023

Tatiane Nunes da Silva Pereira

O trabalho do Assistente Social inserido no campo da Proteção Básica: um estudo a partir da realidade do Vale do Ribeira

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da professora Dra. Maria Carmelita Yazbek.

São Paulo

2023

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: 25/05/2023

E-mail: tatiane.nunesxa@hotmail.com

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Pereira, Tatiane Nunes da Silva

O trabalho do Assistente Social inserido no campo da Proteção Básica: um estudo a partir da realidade do Vale do Ribeira. / Tatiane Nunes da Silva Pereira. -- São Paulo: [s.n.], 2023.

90p. il. ; 25 cm.

Orientador: Maria Carmelita Yazbek.

Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

1. O trabalho do assistente social contexto histórico e contemporâneo. 2. Território do Vale do Ribeira . 3. Política de Assistência Social contexto histórico e contemporâneo. 4. Conservadorismo, Primeiro Damísmo e Fundo Social. I. Yazbek, Maria Carmelita. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III. Título.

Tatiane Nunes Da Silva Pereira

O trabalho do Assistente Social inserido no campo da Proteção Básica: um estudo a partir da realidade do Vale do Ribeira

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da professora Dra. Maria Carmelita Yazbek.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Profa. Dra. Heloísa Sayume Miyahara
Centro Universitário do Vale do Ribeira (UNIVR)

Dedico este trabalho a Deus, meu auxílio e fortaleza em todo tempo, a minha querida e amada família, meu núcleo de apoio e motivação o tempo todo e a todos os assistentes sociais do Vale do Ribeira, que com muita competência técnica enfrentam os embates cotidianos da luta de classes.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil.

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brazil.

AGRADECIMENTOS

Esse momento sem dúvida, requer um tempo não apenas para a escrita como também para reflexões e profundos suspiros, uma vez que viajamos em uma retrospectiva de caminhos trilhados para chegar aqui nesta página, amizades construídas, ideias e pensamentos rompidos entre tantas vivências e aprendizados eu chego neste momento externando minha imensa gratidão a todos.

Sou imensamente grata a Deus que me sustentou em todo esse processo, cuidando de mim e de minha família, direcionando todo o caminho percorrido.

Agradeço muito ao meu querido marido, Anderson Luis Pereira, por todo amor e compreensão que aqueceu a minha alma e me incentivou a continuar e acreditar que eu poderia mesmo em meio a tantas responsabilidades percorrer caminhos mais extensos. Receba meu respeito, meu amor e admiração; não teria chegado sem você.

À Louise e Hadassa todo o meu amor e gratidão, minhas filhas queridas e amadas, obrigada pela parceria, pelas palavras de carinho e motivação, mesmo tão pequenas se esforçaram para me auxiliar, quanta ternura e amor eu recebi da parte de vocês, quanta paciência e compreensão me ofertaram para que em nenhum momento da minha caminhada eu pensasse em desistir! Obrigada!!!!

Foram tantas viagens, momentos de estudo, combinados com as responsabilidades cotidianas do ser profissional, do ser mulher e do ser mãe entre outros papéis, e nesse processo também não poderia deixar de manifestar a minha eterna gratidão a minha querida Mãe, Gislene Nunes da Silva, que não mediu esforços para me ofertar suporte em todas as esferas que eu necessitei, muito obrigada pela parceria sem fim.

Um agradecimento especial ao meu querido avô Genésio Nunes, um homem incrível, de uma sensibilidade sem tamanho, obrigada por toda a motivação e por estar comigo nesse percurso!

Aos meus irmãos e cunhados respectivamente, que sempre foram meus suportes, termômetros e companheiros: Thaíze e Davidson, Max e Débora, também não mediram esforços para me auxiliarem, não poderia deixar de citá-los pela importância que possuem na minha história e nesse processo.

Ao nosso amigo querido Daniel Franoli, sempre presente! Amigos são presentes que Deus nos deu para que a nossa jornada se torne leve e incrível!!!

Obrigada por todo suporte e amizade.

Quero aqui também registrar minha gratidão e admiração a professora e minha orientadora Maria Carmelita Yazbek pelo carinho e dedicação, por todo conhecimento compartilhado, pelo incentivo e compreensão em todo o caminho.

Também agradeço às professoras Rosangela Paz e Maria Lúcia Martinelli pelo conhecimento compartilhado e pela compreensão que manifestaram ao longo do processo, recebam meu carinho e gratidão!

Agradeço a Heloisa Mayumi Miyahara pelo companheirismo profissional e pessoal, sua amizade me fortalece enquanto profissional e muito mais enquanto pessoa, cada pedaço dessa conquista possui construções do saber que estabelecemos, muito obrigada por tamanha sensibilidade e carinho.

Não poderia deixar de agradecer a Mariene dos Santos Pereira, por ter me mostrado o caminho de volta à Universidade e me incentivado a iniciar esse estudo, receba Mari, minha gratidão, carinho e respeito pela profissional que é.

Ao Dário minha gratidão e admiração pelo trabalho desenvolvido na Proteção Especial de Cajati, foram muitas as parcerias e discussões, mas em especial a sua fala crucial em um momento de incertezas e dificuldades na profissão: “você precisa oxigenar seu cérebro com o estudo e a pesquisa”. Aqui estou eu ! Muito Obrigada!

À Sara, Eleuza e Luciana pela compreensão e apoio, como foi importante poder contar com vocês, me ofereceram suporte, acreditaram no meu trabalho, me incentivaram e me auxiliaram, agradeço muito a Deus pela nossa parceria.

Agradeço a todos os profissionais da Política de Assistência do município de Registro e Vale do Ribeira pelo espaço e pelo suporte que recebi nesse período, os admiro enquanto profissionais que são e agradeço por todo o auxílio.

Por fim, manifesto meus agradecimentos à PUC- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pela grande oportunidade de compor o Mestrado neste espaço, foi uma experiência valiosíssima é muito importante pra mim! Também agradeço a FUNDASP e a CAPES que tornaram essa jornada possível....Muito Obrigada!

“Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente” (Rm 12:1)

*“É preciso tornar patente em palavras, decisões e consequências que a Assistência Social não é gênero que subdivide em espécie, ela não é um adjetivo. A Assistência Social é uma espécie do gênero Seguridade Social e tem área de atuação definida na Constituição Federal. É preciso parar de transgredir a Constituição e levá-la a sério. Ela não é elixir de pobre. Ela é proteção básica e especial, ela tem especificidade que a distingue o que não a aparta das necessárias relações com as demais políticas sociais e econômicas. A Assistência Social é ato de **direito** e não ato de vontade ou liberdade. Como direito tem responsabilidades com os resultados do que faz e não só vontade de inaugurar coisas novas ou nomes. Como **direito**, a Assistência Social é obrigação para com a coletividade e ao indivíduo”. (SPOSATI, 2011. p 89-90).*

RESUMO

PEREIRA, Tatiane Nunes da Silva. **O trabalho do Assistente Social inserido no campo da Proteção Básica: um estudo a partir da realidade do Vale do Ribeira.** – São Paulo: [s.n.], 2023. 88 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, 2023.

O presente projeto propõe analisar o trabalho dos assistentes sociais, inseridos nos espaços sócio-ocupacionais da Política de Proteção Social Básica; evidenciando as relações sociais e interesses do capital e a no território do Vale do Ribeira, utilizando o referencial da teoria crítica. Sustentado em pesquisa bibliográfica, apresenta o contexto histórico do Serviço Social e da constituição do trabalho do assistente social nesse processo, além do levantamento de dados sobre o território do Vale do Ribeira-SP. Com o objetivo de explorar o debate sobre a temática supracitada, utilizou-se como campo de pesquisa os espaços sócio-ocupacionais da Proteção Básica no território do Vale do Ribeira, através de entrevistas realizadas com assistentes sociais inseridas nesses espaços. Foram selecionados cinco municípios tendo em vista a proximidade e o distanciamento, do município considerado como a Capital do Vale: Registro. Dessa forma, os municípios elencados para pesquisa foram: Registro, Cajati, Pariquera-Açu, Juquiá e Barra do Turvo. Nesse sentido, os principais achados da pesquisa evidenciam que (1) o debate sobre o trabalho do assistente social inserido na Proteção Básica no Vale do Ribeira-SP se insere na perspectiva da necessidade de rompimento das questões históricas da profissão aliadas a benesse e caridade — leituras que superem a ajuda ao próximo ou a mera distribuição de alimentos, (2) que a Política de Assistência Social necessita ser compreendida no território de estudo como Política Pública para subsidiar o trabalho do assistente social; e (3) o processo de busca pelo conhecimento e educação permanente materializa-se em ponto central para o trabalho do assistente social, visto que este fornece novas leituras e propostas de intervenção, propiciando a organização do trabalho no cotidiano tanto individual como coletivo. Em suma, esta pesquisa emerge como essencial do ponto de vista da reflexão sobre o trabalho dos assistentes sociais no Vale do Ribeira, com intuito de incentivar as/os assistentes sociais refletirem sobre a realidade concreta e as dimensões técnico-operativo do serviço social, que dialoguem com um projeto ético-político emancipatório.

Palavras-Chave: Trabalho, Assistente Social, Proteção Básica, Vale do Ribeira-SP.

ABSTRACT

PEREIRA, Tatiane Nunes da Silva. **The work of Social Assistance inserted in the field of Basic Protection: a study based on the reality of Vale do Ribeira.** – São Paulo: [s,n], 2023. 90 f. Dissertation (Master in Social Work) – Pontifical Catholic University of São Paulo, Graduate Studies Program in Social Work, 2023.

This project proposes to analyze the work of social workers, inserted in the socio-occupational spaces of the Basic Social Protection Policy; highlighting social relations and interests of capital in the territory of Vale do Ribeira, using the framework of critical theory. Supported by bibliographical research, it presents the historical context of social work and the construction of the social worker's work in this process, in addition to data collection on the territory of Vale do Ribeira. With the aim of exploring the debate on the aforementioned theme, the socio-occupation spaces of Basic Protection in the territory of Vale do Ribeira were used as a research field, through interviews carried out with social workers inserted in these spaces. Five municipalities were selected in view of the proximity and distance of the municipality considered as the Capital of the Valley: Registro. Thus: the municipalities listed for research were: Registro, Cajati, Pariquera-Açu, Jiquiá and Barra do Turvo. In This sense, the main findings of the research show that (1) the debate on the Basic Protection in Vale do Ribeira-SP is inserted in the perspective of the need to break with the historical questions of the profession allied to goodness and charity – readings that go beyond helping others or the mere distribution of food. (2) that the Social Assistance Policy needs to be understood in the study territory as a Public Policy to subsidize the work of the social worker; and (3) The process off searching for knowledge and permanent education materializes in a central point for the work of the social worker, since this provides new readings and proposals for intervention, providing the organization of work in daily life, both individually and collectively. In short, this research emerges as essential from the point of view of reflection on the work of social workers in the Vale do Ribeira, with the aim of encouraging social workers to reflect on the posed reality and the operational technical dimensions that dialogue with a project emancipatory ethics.

Keywords: Work, Social Worker, Basic Protection, Vale do Ribeira-SP.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Vale do Ribeira.....	43
Figura 2 – Mapa Hidrográfico do Vale do Ribeira.....	44
Figura 3 – Percentual de Pobreza em relação a média do Estado	47
Figura 4 – Taxa de Urbanização e População por Sexo e Faixa Etária	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação profissional: modalidade de ensino.....	64
Gráfico 2 – Formação profissional: qualificação profissional.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção Científica de Assistentes Profissionais do Vale do Ribeira	23
Quadro 2 – Proteção Social de Assistência	37
Quadro 3 – Equipe de referência para Proteção Básica (CRAS) de acordo com o porte do município.....	41
Quadro 4 – Formação profissional: qualificação profissional	66
Quadro 5 – Compreensão da materialização do trabalho	68
Quadro 6 – Compreensão da dimensão técnico-operativa	71
Quadro 7 – Compreensão da dimensão técnico-operativa	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios do Vale do Ribeira46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DRADS	Diretoria Regional De Assistência E Desenvolvimento Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Normas Operacionais Básica de Recursos Humanos no Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Caminhos Metodológicos	25
CAPÍTULO 1 – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	30
1.1 Breve histórico da Política de Assistência Social no Brasil	30
1.2 Proteção Social Básica no Recorte do Centro de Referência de Assistência Social	38
1.3 Território do Vale do Ribeira: Entre Histórias e Contradições	43
1.4 Breve panorama da Política de Assistência Social no Vale do Ribeira/SP	49
CAPÍTULO 2 – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL CONTEXTUALIZADO NO PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	54
2.1 Entre o “velho” e o “novo”: caminhos históricos e atuais da Serviço Social no Brasil	54
2.2 Perspectivas e desafios do trabalho do assistente social na contemporaneidade no recorte da Proteção Básica	58
CAPÍTULO 3 – ENTRE LUTAS E DISPUTAS: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO CRAS NO TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA	63
3.1 Perfil dos Profissionais Entrevistados	63
3.2 Como se materializa o trabalho no sócio-ocupacional/CRAS no viés dos direitos	67
3.3 A compreensão da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e como esta se materializa	70
3.4 Relação da Proteção Básica com o Fundo Social de Solidariedade	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE	86
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	88

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe discutir o trabalho dos assistentes sociais, inseridos nos espaços sócio-ocupacionais da Política de Proteção Social Básica; refletindo de maneira crítica sobre as relações sociais e interesses do capital no território do Vale do Ribeira-SP¹.

Nesse intuito, o interesse pelo estudo da Política de Proteção Social, especificamente no recorte da Proteção Básica no Vale do Ribeira, surge a partir da leitura conjuntural e anseios sobre o trabalho em meio a trajetória das experiências profissionais vivenciadas desta pesquisadora no território supracitado.

A primeira experiência profissional advém da atuação como assistente social no campo do terceiro setor, na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) localizada no município de Registro-SP²; a qual me propiciou um campo vasto de aprendizagem, visto que realizou intervenções no âmbito da educação, saúde e assistência social, no viés da garantia de direitos, sempre vislumbrando intervenções em parceria com a rede de serviços do município.

Nesse processo, houve muitos embates em detrimento da pouca oferta de serviços para pessoa com deficiência no município e na região, bem como os traços do pensamento conservador muito forte e presente na sociedade em questão.

A segunda experiência aconteceu no setor público, o qual caracterizou-se na Prefeitura Municipal de Cajati-SP, no âmbito da Proteção Social Básica, atuando no CRAS Central (Centro de Referência de Assistência Social).

A aproximação da pesquisadora com as famílias referenciadas ao CRAS do município de Cajati,³ no âmbito do espaço sócio-ocupacional, ocorreu através das

¹ O Vale do Ribeira engloba os municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Eldorado, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí. Embora tenha seus limites físicos distantes da orla marítima, influencia diretamente os ecossistemas costeiros, principalmente a região estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida, considerando sua bacia de drenagem na vertente atlântica. Destaca-se por apresentar o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica, sendo titulado, pela UNESCO, como Patrimônio Natural da Humanidade, em 1999.

² Registro-SP possui 56.430 habitantes com a população Urbana – 48.169 e Rural - 6.092 (Estimativa IBGE 2017), possui, ainda, área de 722 Km², está localizado no Estado de São Paulo. Limita-se ao norte com o município de Juquiá, sul por Jacupiranga e Pariquera-Açu; a leste por Iguape e a oeste por Eldorado e Sete Barras.

³ Cajati-SP possui 28.372 habitantes (Estimativa IBGE 2017), possui, ainda, área de 454.436 Km², está localizado no Estado de São Paulo. Limita-se ao norte com o município de Jacupiranga sul por Eldorado e Barra do Turvo;

reuniões de grupo, atendimentos individuais, visitas domiciliares e mobilizações sociais, possibilitando um olhar na perspectiva de novos desafios e leituras quanto a presença, ainda, do pensamento conservador aliada a profissão do assistente social não apenas pelos usuários, mas também pelo órgão gestor e demais setores do Passo Municipal; bem como observou-se, as relações sociais entre profissionais, usuários, serviços e Estado que se construíram nesse processo.

Sobre essa problemática, Guerra (2000, p.8) explica que:

“Neste caso, dentro do projeto burguês de reformar conservando, o Estado lança mão de uma estratégia histórica de controle da ordem social, qual seja, as políticas sociais, e requisita um profissional para atuar no âmbito da sua operacionalização: os assistentes sociais. Este aspecto está vinculado a *uma das funções* que a ordem burguesa atribui à profissão: reproduzir as relações capitalistas de produção.”

Com base na citação, podemos afirmar que o olhar do órgão gestor e dos demais setores tanto do poder público quanto do privado, atribuía ao CRAS e especificamente aos assistentes sociais a execução de uma intervenção investigativa no sentido pejorativo, compondo a perspectiva de uma visão higienista e filantrópica, partindo do pressuposto que o trabalho primordial se caracteriza apenas na seleção de famílias para acesso à alimentação e auxílios no prisma da benesse, distanciado do olhar do sujeito como cidadãos de direitos e aliado ao trabalho do Fundo Social de Solidariedade.

Além disso, podemos dizer que conforme Raichelis (2018) esse processo subordina o exercício profissional às requisições institucionais para o desenvolvimento dos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Observou-se, também que os usuários buscavam os espaços sócio-ocupacionais onde os assistentes sociais estavam inseridos, em sua maioria na perspectiva da benesse, não possuindo dimensão do conhecimento da Política de Assistência Social, tão pouco sobre o que significava o CRAS no território, bem como não tinham a percepção da sua identidade enquanto sujeito de direitos.

Após sete anos no município supracitado, retornei a Registro, considerada a capital do Vale, visto que possui maior número de habitantes e um centro comercial mais desenvolvido em relação aos outros municípios localizados neste território.

Em Registro, agora como funcionária pública, efetiva e trabalhadora do SUAS, compus a equipe do CRAS, todavia foi possível imediatamente observar com mais intensidade a pulverização, a massificação do senso comum e o pensamento

conservador no que tange ao conhecimento da Política de Assistência Social; agora analisando do prisma da máquina pública.

Nesse sentido, como assistente social atuante nesta Política e no território estudado, foi possível analisar que apesar das proposições de intervenções com base na vertente de direitos, conquistas e implementação das regulamentações e leis constitucionais existirem; as mesmas não garantem ao profissional, o rompimento do conceito conservador, filantrópico e a atuação interventiva imbricada na ótica de direitos com o papel real do Estado na Política da Assistência Social.

A partir da discussão, reiteramos que a pesquisa tem por objetivo analisar e refletir sobre o trabalho do profissional de Serviço Social inserido no campo da Proteção Básica nos municípios do Vale do Ribeira.

Em um panorama geral, buscou-se refletir e estudar sobre a Política da Assistência Social no recorte da Proteção Básica, seus aspectos históricos e contemporâneos, bem como discutir sobre o trabalho do assistente social inserido nesse contexto conservador e a influência deste, no trabalho cotidiano dos profissionais em questão, e ainda, explicar os desdobramentos atuais no território do Vale do Ribeira.

Isto posto, nas últimas décadas o debate sobre o trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais na esfera da Política de Proteção Social, vem ganhando ênfase, uma vez que, observa-se uma dificuldade vivenciada pelos profissionais inseridos nesta política em romper com a ótica social norteada pelo conservadorismo e filantropia; intensificadas pelos interesses do capital e omissão do Estado.

Diante da discussão, no primeiro capítulo vislumbramos retomar a reflexão sobre a construção histórica da Política de Proteção Social no Brasil, em seguida realizaremos o recorte das análises no âmbito da Proteção Básica, principal campo de estudo desta pesquisa. E ainda, apresentaremos o contexto histórico e as particularidades do território do Vale do Ribeira com vistas na articulação das temáticas discutidas neste capítulo.

A discussão sobre o contexto histórico, faz-se necessário para a compreensão contemporânea dos desafios enfrentados pelos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais na atualidade; uma vez que, “o novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais presentes” (IAMAMOTO, 2010).

Nesse sentido, podemos dizer que a Proteção Social traz em sua história o viés da solidariedade e bem-estar, direcionado pela ótica da ajuda ao próximo, aos pobres e necessitados. “Contudo, a benemerência, como um ato de solidariedade foi se constituindo em práticas de dominação” (SPOSATI, 1998).

A Proteção Social no bojo histórico, caminha permeado pelos interesses do capital e mediação do Estado, em respostas às manifestações das “questões sociais” apresentadas.

Observamos uma trajetória complexa marcada por conflitos e interesses socioeconômicos, relacionados ao capital e o papel do Estado na construção e conceituação da Política de Proteção Social, interferindo significativamente na atuação profissional dos assistentes sociais; os quais eram acionados para amenizar as demandas emergentes e mediar os conflitos aparentes.

Dessa forma, podemos analisar que a herança das desigualdades nas relações e problemáticas discutidas anteriormente emergem com grande influência na conjuntura atual como coloca (IAMAMOTO, 2015, p.128):

“Tais desigualdades revelam os descompassos entre temporalidades históricas distintas, mas coetaneamente articuladas, atribuindo particularidades à formação social do País, afetam a economia, a política e a cultura, redimensionando, simultaneamente, nossa herança histórica e o presente.”

E, assim, também propomos uma reflexão sobre a região do Vale do Ribeira, visto que segundo o IBGE (2010), este é composto por vinte municípios e estas têm como principal fonte de captação de recurso e renda a agricultura e o setor comercial.

Na extensão territorial, se evidencia uma grande parte da Mata Atlântica preservada, o que não permite a instalação de muitas indústrias e trouxe o reconhecimento de Patrimônio Natural da Humanidade em 1999.

O Governo do Estado de São Paulo (2019), expôs que o Vale de Ribeira possuía as piores médias do Estado em indicadores, como: PIB per capita, percentual de inscritos em programas, renda média de emprego formal, entre outros.

No que se refere a Proteção Social, a maioria das cidades contam com os CRAS como principal espaço para execução da Política de Proteção Social de um modo geral. O Cadastro Único, também, é executado dentro desses espaços sócio-ocupacionais, muitas vezes com auxílio da equipe do CRAS; além disso, existem apenas quatro CREAS na região, isto é, os assistentes sociais inseridos na Proteção

Básica, acabam realizando a intervenção na Proteção de média e alta complexidade.

Nessa perspectiva, é importante compreendermos o trabalho do assistente social em seu contexto de construção enquanto profissão para relacionarmos a seu trabalho na esfera da Proteção Social, principalmente na Região supracitada.

A partir das colocações sobre a ótica da Proteção Social, no segundo capítulo avançamos para uma reflexão sobre o trabalho dos assistentes sociais na Proteção Social Básica, realizando uma conexão com a discussão anterior, brevemente abordaremos o contexto histórico onde emergem as influências das perspectivas da ordem burguesa e expectativas do trabalho do assistente social.

As análises deste capítulo, propõe refletir sobre a profissão, com o intuito de discorrer sobre suas particularidades e norteamentos para o trabalho do assistente social para além do passado, bem como vislumbrar o contexto atual, sobretudo no Vale do Ribeira.

Além disso, compreendemos que se torna necessário, mesmo que brevemente, a discussão sobre as dimensões técnico-operativas do assistente social bem como do projeto ético-político da profissão relacionado à compreensão teórico-crítica da realidade social, visto que “mais importantes que a disputa pelo monopólio das atividades privativas em si mesmas são as respostas profissionais às demandas e requisições do cotidiano institucional...” (RAICHELIS, 2020, p.12).

Sobre o norteamento do projeto ético-político, Netto (1999, p.19) afirma que o projeto ético político do Serviço social tem futuro:

“Porque aponta precisamente ao combate (ético, ideológico, político e prática-social ao liberalismo de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o torna solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população”.

De acordo com Raichelis (2020, p.16), ao pensarmos sobre a profissão de assistente social, observa-se que esta é:

“O resultado de relações sociais contraditórias engendradas pelo capitalismo dos monopólios, ela é, ao mesmo tempo, um produto vivo de seus/suas agentes do protagonismo individual, e coletivo de profissionais organizados a partir de um projeto ético-político que solda projeções e hegemônizar a direção social.”

Partindo desse pressuposto, observamos que os assistentes sociais trabalham no cenário onde ocorrem esses conflitos e interesses socioeconômicos que se

relacionam diretamente ao trabalho, os quais formatam os espaços sócio-ocupacionais desses profissionais.

É importante evidenciar que, ao debruçarmos na análise da construção histórica da Proteção Social e a constituição do trabalho do assistente social, notamos um ponto de convergência, no que tange aos desafios impostos pelas relações de conflitos e interesses do capital e o papel do Estado em ambos os processos.

Nessa perspectiva, de acordo com Yamamoto (2013, p. 23) :

“O Serviço Social emerge com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que da com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social – ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empirista norte-americana.”

Assim, é relevante elencar que o serviço social como profissão, também vem imbuído pela ótica do conservadorismo e “ajuda”, todavia, as marcas históricas de conflitos sócio-políticos, que culminaram no processo de reconceitualização da profissão; agora com vistas no olhar do sujeito como cidadão de direitos.

No contexto do Vale do Ribeira, podemos notar que este possui um território muito rico, todavia em sua história revelam-se marcas das expressões da “questão social”, que intensificam a dificuldade dos profissionais em romper não apenas com problemáticas advindas do processo histórico da política como também, em virtude do perfil histórico/socioeconômico da região em que os mesmos se estão inseridos.

A partir dessas questões, no terceiro capítulo, vislumbra-se compreender as interfaces do trabalho do assistente social na Política de Proteção Social Básica na região do Vale do Ribeira; a partir das análises das entrevistas realizadas com os profissionais inseridos nos espaços sócio-ocupacionais especificamente nos CRAS.

Isto posto, é relevante explicar que as análises se realizaram a partir de quatro categorias: 1) perfil profissional, o qual construímos gráficos sobre duas subcategorias (formação/modalidade de ensino e qualificação profissional); 2) A materialização do trabalho no sócio-ocupacional/CRAS no viés dos direitos; 3) A compreensão da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e como esta se materializa; 4) Relação da Proteção Básica com o Fundo Social de Solidariedade

É importante destacar que em meio ao contexto de contradições vivenciados no processo de trabalho pelo assistente social, podemos verificar produções

científicas de grande importância e conquista realizado pelos profissionais em voga, do Vale do Ribeira, conforme o Quadro 1 mensurado abaixo:

Quadro 1 – Produção Científica de Assistentes Profissionais do Vale do Ribeira

Nome	Título da produção	Modalidade/ Universidade ANO	Município
Heloisa Sayumi Myiahara	Perspectivas do meio-fio: entre os direitos sociais e as histórias de vida da População em situação de Rua na região do Vale do Ribeira-SP.	Doutorado/ PUC-SP 2017	Registro
Mariene dos Santos Pereira	Trajetórias Socioterritoriais entre necessidades e a intervenção do Estado na produção da segregação socioespacial.	Mestrado/ PUC-SP 2017	Registro
Ana Léia Martins Lobo	O trabalho do assistente social na política de assistência social no Vale do Ribeira SP: uma análise sob a ótica da formação profissional	Mestrado/ PUC-SP 2018	Pariquera- Açu
Leide Sousa Silva	Vivências e desafios de saúde nas comunidades quilombolas do Vale	Mestrado/ Unifesp 2018	Registro

	do Ribeira: narrativas de histórias de vida.		
Flavia Melo Leonel Ferreira	Vila Nova: Entre sonhos, grades e sobrevivência.	Mestrado/ PUC-SP 2018	Registro
Cynthia Franceska	CAMINHOS PERCORRIDOS, PERCALÇOS ENCONTRADOS: Um estudo de casos a respeito do acesso aos benefícios e programas sociais por povos indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.	Doutorado/ PUC-SP 2018	Registro
Fábio de Carvalho Rocha	Centros de Referência de Assistência Social do Vale do Ribeira: a tensão entre projeto ético-político do Serviço Social e projeto societário capitalista.	Mestrado/ PUC-SP 2022	Iguape

Fonte: Elaborado pelo autor através de pesquisa na internet.

As informações contidas no Quadro 1 retratam os espaços que os profissionais vêm conquistando e que estão para além do meio cotidiano do trabalho, mas na busca pela extensão do conhecimento e compartilhamento deste materializado na produção acadêmica que coloca em ênfase o próprio território onde estes estão inseridos.

Por outro lado, em detrimento da cultura conservadora, norteadas pelo senso comum ainda presente no Vale do Ribeira, essas produções de grande importância não encontram espaço para discussão e compartilhamento entre os próprios profissionais tão pouco entre a rede socioassistencial, rede de serviços e usuários.

Finalizando, reitera-se a relevância da pesquisa, a qual propõe analisar o trabalho dos assistentes sociais inseridos nos espaços sócio-ocupacionais da Política de Proteção Social Básica; na ótica de direitos, evidenciando as relações sociais, interesses do capital e papel do Estado no território do Vale do Ribeira; vislumbrando assim a contribuição para novos projetos e perspectivas de intervenção propositiva, bem como, fornecer subsídios para a disseminação da informação teórico-crítica, com vistas no auxílio para reflexão da necessidade de rompimento da herança conservadora e filantrópica ainda muito presente.

Caminhos Metodológicos

Compreendemos que a metodologia é um processo que propõe uma aproximação mais íntegra possível da realidade estudada. Desse modo, ela possibilita a construção do conhecimento do objeto em questão.

Nesse intuito, realizamos uma pesquisa de natureza exploratória e investigativa, vislumbrando analisar o trabalho do Assistente Social inserido no espaço sócio-ocupacional no âmbito da Proteção Básica, especificamente nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) no Vale do Ribeira.

A pesquisa buscou compreender as dimensões técnico-operativas no cotidiano do trabalho do assistente social, considerando as relações e contradições que se estabelecem no campo de trabalho.

Para compreendermos esses processos nos norteamos pelas indagações como: Quais as relações que se efetivam no campo de trabalho? Como essas relações interferem na materialização do trabalho? Qual a compreensão do profissional da dimensão técnico-operativa no serviço social? Como se materializa a dimensão técnico-operativa do profissional no cotidiano de trabalho?

Battini (2003, p.17) também, explana sobre a relevância da pesquisa e sua atitude investigativa quando propõem a idéia de que:

“A dimensão investigativa na prática dos sujeitos cria suporte para o conhecimento, que também produz capacidade para expressão e objetivação humana. Essa dimensão é entendida como produto real e objetivo, pois considera o ato de conhecer, exercido sobre a matéria mediatizada ou imediata, destinado a criar novo objeto para nova ação, visando à transformação do real. O exercício permanente da pesquisa impulsionado pela atitude investigativa, como expressão do inconformismo, da crítica reiterada à realidade, do questionamento rico e vivo sobre os fatos, cria possibilidade de novas explicações permitindo ir além do limite dado”.

Nessa perspectiva, a pesquisa caracterizou-se em quantitativa e qualitativa, utilizando instrumentos essenciais como: observação, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, com os assistentes sociais atuantes na Política de Proteção Social Básica, especificamente nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Sobre a pesquisa qualitativa, de acordo com Martinelli (1999, p.27):

“No que se refere a pesquisa qualitativa, é indispensável ter presente que muito mais que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. Uma consideração importante nesse sentido é a pesquisa qualitativa é, de um modo geral, participante, nós também somos sujeitos da pesquisa”.

É importante salientar que, a escolha pela Proteção Básica e pelo CRAS, se caracterizou pelas experiências vivenciadas ao longo dos dez anos, que se estabeleceram na trajetória profissional na Região do Vale do Ribeira desta pesquisadora.

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo se concretizou nos espaços sócio-ocupacionais da Proteção Social dos cinco municípios elencados no Vale do Ribeira, especificamente no recorte dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social); vislumbrando abordar a análise materialista histórica, no que tange a concepção de Marx, a fim de compreender a problemática estudada através de seu processo histórico.

Assim, foram selecionados cinco municípios do Vale do Ribeira, os quais foram selecionados a partir do número de habitantes e localização no que se refere à extensão territorial do vale e a distância entre eles quanto a cidade considerada mais “desenvolvida” em termos econômicos e populacionais.

Isto porque, é possível observar as relações que se estabelecem entre o capital, a política partidária e o pensamento conservador no que tange a estrutura para

o desenvolvimento do trabalho.

Dessa forma, esses municípios cujos profissionais foram entrevistados são: Registro⁴ (capital do Vale), Pariquera-Açu, Cajati, Juquiá e Barra do Turvo. Sobre o município de Registro é relevante destacar que, como este possui seis CRAS, foram entrevistados três assistentes sociais, nos demais um assistente social.

Considerando a importância de se aproximar da realidade dos sujeitos da pesquisa, com vistas na interação do pesquisador com o objeto de estudo, concordamos com Minayo (2016, p.57) quando explica que:

“A pesquisa social trabalha com gente e com suas realizações, compreendendo as pessoas ou grupos como atores sociais em relação e em perspectiva. Assim como os documentos devem ser considerados produtos, projetos e exposição de ações. Os sujeitos/objetos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo. No campo, eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando num produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída com todas as disposições em mãos do investigador: suas hipóteses e pressupostos teóricos, seu quadro conceitual e metodológico, suas interações, suas entrevistas e observações, suas inter-relações com os colegas de trabalho.”

Para o delineamento do objeto, a primeira tarefa a que nos propomos foi um trabalho de pesquisa bibliográfica, o qual foi capaz de projetar luz e permitir uma ordenação ainda imprecisa da realidade empírica (MINAYO, 1999).

A partir das questões supracitadas, a presente pesquisa obteve como norte inicialmente a revisão bibliográfica, vislumbrando compreender os contextos e processos históricos da Política de Assistência Social bem como da Região do Vale do Ribeira. Minayo (1999), afirma que é de grande importância o exercício realizado pelo (a) pesquisador (a) em buscar fontes teóricas que possam embasar o conhecimento e nortear as novas descobertas.

Para a revisão bibliográfica, pesquisou-se em livros, artigos, tese e dissertações que contribuem para discussão da temática abordada. Dessa forma construímos o referencial teórico, o qual embasou a pesquisa e auxiliou na direção e construção de conceitos e categorias teóricas.

No que tange a pesquisa de campo, buscamos o método de caráter qualitativo,

⁴ Registro é conhecida como a capital do Vale do Ribeira com cerca de 60.000 habitantes. Possui um dos melhores IDH da região e do estado de São Paulo. Está próxima dos principais centros metropolitanos do Brasil, cerca de 200 km de São Paulo, Curitiba, Santos e Sorocaba. 2022, Disponível em <<https://registro.sp.gov.br/>>.

uma vez que Martinelli (1999, p.24) explana:

“É preciso enfatizar que há alguns pressupostos muito importantes que fundamentam o uso de metodologias qualitativas de pesquisas. Um primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito. Cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele. E onde o sujeito se revela? No discurso e na ação. Assim, se a pesquisa pretende ser qualitativa e pretende conhecer o sujeito, precisa ir exatamente ao sujeito, ao contexto em que vive sua vida. Como decorrência disso, o segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se reconhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida.”

Como mencionado anteriormente, a pesquisa de campo se realizou nos CRAS das cidades de Registro (capital do Vale), Pariquera- Açu, Juquiá, Cajati e Barra do Turvo, com os assistentes sociais que trabalham nesses espaços. É válido destacar que a observação e entrevista se deu apenas com os assistentes sociais contratados para exercer a função de técnico no espaço sócio-ocupacional do CRAS.

Nessa perspectiva, utilizamos a entrevista que se constitui em um instrumento importante para a documentação e construção do conhecimento teórico a partir das análises obtidas.

Os instrumentos já referidos nos propiciam uma visão teórica, crítica e uma aproximação prática da realidade contextual dos sujeitos. Todavia a entrevista como fonte de informações nos forneceu um contato direto com os atores sociais envolvidos e possibilitou uma maior apreensão dos elementos subjetivos como; valores, posicionamento, cultura, crença, entre outros; além da confirmação de dados que serão coletados no questionário.

Nesse contexto pode-se dizer que a entrevista é um instrumento que visa um contato direto com o sujeito, através da comunicação verbal, objetivando uma coleta de dados mais aprofundada.

“A entrevista como fonte de informações pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivemos.”(MINAYO, 2016, p.59).

Assim, os dados coletados através da revisão bibliográfica, observação e entrevistas semi-estruturadas viabilizaram caminhos para uma aproximação da

realidade do trabalho dos assistentes sociais e compreensão clara do universo da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A partir das discussões apresentadas acima, iniciaremos este capítulo retomando a reflexão sobre a construção histórica da Política de Proteção Social no Brasil, seus principais aspectos históricos e conjunturais.

Sabe-se que a Proteção Social no Brasil, inicia de forma tardia em relação a outros países do cenário internacional, culminando em características peculiares e particulares na constituição dessa política neste país.

Nessa perspectiva, Iamamoto (2015, p.128) explica que:

“As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõe-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica próprias dos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente.”

Dessa forma, discorreremos brevemente sobre o processo histórico trilhado pela Política Social no Brasil, em seguida realizaremos o recorte das análises no âmbito da Proteção Básica para auxiliar na compreensão das dimensões das relações estabelecidas no principal campo de estudo desta pesquisa.

E avançando as análises, ainda nesse capítulo, a pesquisa discutirá sobre as particularidades do território do Vale do Ribeira, relacionado a Política de Assistência.

1.1 Breve histórico da Política de Assistência Social no Brasil

Partindo do pressuposto que a Política de Assistência Social, traz em sua gênese o viés da solidariedade e bem-estar, direcionado pela ótica da ajuda ao próximo, aos pobres e necessitados. “Contudo, a benemerência, como um ato de solidariedade foi se constituindo em práticas de dominação” (SPOSATI, 1998, p.41).

Tais práticas de dominação relacionam-se ao interesse do capital em manter a exploração da classe trabalhadora como a do Estado em dar respostas às manifestações sociais engendradas nesse processo. Sobre a questão apresentada, Raichelis (2013, p.03) expõe que:

“... as transformações estruturais decorrentes da nova etapa da financeirização do capital atravessam diferentes dimensões da vida social, incidem nas relações e formas de gestão do trabalho, nos modos de expressão das sociabilidades individuais e coletivas, imprimem novas racionalidades às formas de organização do Estado, das políticas públicas e dos sistemas de proteção social, alterando os critérios de distribuição do fundo público e, em consequência, modelando as formas de organização e prestação dos serviços sociais públicos.”

Contudo, no Brasil até meados do Século XIX as ações sociais eram fortemente incorporadas e realizadas pela Igreja, vislumbrando a ótica de ordem religiosa, filantrópica e solidária.

Nesse período a assistência é compreendida como meio para sobrevivência, diretamente ligado à consciência das pessoas e da sociedade em realizar atos de bondade e caridade norteados pelo pensamento religioso.

“Para a igreja, “questão social”, antes de ser econômico-político, é uma *questão moral e religiosa*. A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais que a igreja é depositária.” (IAMAMOTO, 2013, p. 21).

Somente na primeira metade dos anos 1930 que a “questão social⁵” se inscreve no pensamento dominante como legítima (IAMAMOTO,1995 *apud* YAZBEK,1993); advindo do processo de industrialização e surgimento da classe operária e o seu crescimento no cenário político.

“A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século o debate sobre a “questão social” atravessa toda sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela.”(IAMAMOTO,2013, p.20)

É importante destacar que ao contrário dos países europeus, o Brasil vivenciou um desenvolvimento industrial tardio, o que emergiu como uma das características preponderantes e desencadeou um processo desigual ainda mais significativo no país.

Sobre esse contexto, Raichelis, Vicente e Albuquerque (2018, p. 95) esclarecem:

⁵ Para Iamamoto (2001, p.10), a “Questão Social” *enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas*, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea”.

“No caso do Brasil, a experiência colonial da escravidão prolongada colocaram historicamente para os trabalhadores a responsabilidade por sua própria sobrevivência. Desse modo, até o fim do século XIX, ganharam corpo obras sociais e filantrópicas, ações de ordens religiosas e redes de solidariedade e familiares (famílias extensas de vários tipos) que deram lugar a práticas sociais ligadas à sobrevivência sem o recurso ao “mercado”.

Analisando a política de assistência social no Brasil, Sposati (2007, p. 438) explana que:

“Analisar a especificidade/particularidade da política de assistência social no Brasil significa entender que estamos tratando de um objeto sócio-histórico, econômica e geograficamente situado, e que, portanto, se está tratando de uma dada relação de forças sociais, econômicas e políticas que, no caso, constrói o formato do regime brasileiro de assistência social”

Nessa perspectiva, Yazbek (1993), afirma que o processo de desenvolvimento vivenciado pelo País evidencia a relação de dominação e regulação incorporadas no papel do Estado ao propor a política social.

“...em uma sociedade assentada na exploração de poucos sobre muitos, como é a sociedade brasileira, as políticas de corte social ao regularem as relações sociais, não só favorecem a acumulação e oferecem bases para legitimação do Estado como reproduzem a dominação.” (YAZBEK, 1993, p.29)

De acordo com Yamamoto (2015, p.128), as desigualdades que permeiam o contexto histórico do Brasil junto ao processo de industrialização, apontaram determinantes que influenciaram o percurso da Política Social no país.

“As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País têm sido uma de suas particularidades históricas. O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira.”

Cabe salientar que a Proteção Social é uma política pública que traz em sua gênese o olhar humano, aproximado da realidade, mesmo com suas heranças de conflitos; segundo Sposati (2013, p. 653):

“A proteção social, política pública de forte calibre humano, carrega marca genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. Seu campo de ação não se refere, propriamente, à provisão de condições de reprodução social para restauração da força viva do trabalho humano. As atenções que

produz constituem respostas a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal porque próprias da condição humana. Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, às respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores, mais, ou menos, igualitários da sociedade para com seus cidadãos.”

É de suma importância colocar que, a partir das relações do capital e o Estado, a Política de Proteção Social é formatada na ótica da seguridade social; como coloca Sposati (2013, p. 663):

“A proteção social no Brasil está inserida na concepção de seguridade social, isto é, no conjunto de seguranças sociais que uma sociedade, de forma solidária, garante a seus membros. Portanto, a centralidade está no processo histórico de cada sociedade e nele o trânsito pelo qual determinadas condições sociais de dignidade e sobrevivência são asseguradas enquanto um direito social universal. A agenda de situações que são consideradas como desproteções a compor a seguridade social tem diferenciações entre as três políticas sociais.”

Isto posto, podemos dizer que a Política de Proteção Social segue trilhando um percurso de inúmeros conflitos e desafios, porém com inserção da Seguridade Social na Proteção Social, surgiu uma nova forma de pensar a política, agora, articulada a outras políticas da esfera social, visando à garantia de direitos mesmo que em termos teóricos, não partilhando com os interesses “práticos” do capital.

Dessa forma, a Constituição (1988), a LOAS (1993) e a PNAS (2004), regulamentam e organizam a Política de Proteção Social e apontam uma nova ótica; de acordo com a LOAS (1993) em seu 1º e 2º artigo a Assistência Social é:

“direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” [...] Assistência social tem por objetivos: a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos[...] (BRASIL,1993, p.1)

A LOAS (1993) define a ótica da Política de Proteção Social bem como seus objetivos e sua organização. Nesse prisma a Proteção Social é dividida da seguinte forma: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade; nesse estudo, vamos nos ater apenas na Proteção Social Básica.

A proteção Social Básica, segundo definições da PNAS (2004):

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2004, p.33)

Diante das definições mensuradas, observamos ainda que a política “prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada” (PNAS 2004).

É nesse viés que caminhamos para a compreensão da Proteção Básica como política de prevenção e evidenciamos o papel do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), os quais se inserem nos territórios de maior desproteção social a partir da ótica de ofertar acesso de maneira mais aproximada dos usuários, por isso traz a vertente da territorialidade. Novamente, citamos a PNAS (2004), visando a atuação do CRAS:

“O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado” (BRASIL,2004, p. 35)

É nesse cenário que a Política Social se estabelece no Brasil, partindo do bojo da crise cafeeira (1929-1932), avançavam-se as disputas pelo poder. “Vargas esteve à frente de uma ampla coalizão de forças em 1930, que a historiografia caracterizou como um Estado de compromisso e que impulsionou profundas mudanças no Estado e na sociedade brasileira” (BEHRING; BOSCHETTI, 2020, p.105).

Assim, segundo Iamamoto (2020) o país transitou da “democracia dos oligarcas” à democracia do “grande capital” com clara dissociação entre o desenvolvimento capitalista e o regime político democrático.

Apesar da influência da Igreja Católica, e as ações fragmentadas no âmbito da sociedade, caracterizada pela benemerência e caridade; em 1942 com a criação da

Legião Brasileira de Assistência (LBA), coordenada pela Primeira Dama, sra. Darci Vargas; inicia-se a uma organização formal da Política Social no âmbito de Assistência Social, todavia reafirmando o caráter da “ajuda” e “caridade”.

“Essa instituição foi criada para atender as famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial e era coordenada pelo sra. Darci Vargas, o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre o Estado e a sociedade no Brasil, atravessando a política social no Brasil. Posteriormente a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas, conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará se alterar muito tempo depois, na Constituição de 1988 (BEHRING; BOSCHETTI, 2020, p.107).

Contudo nessa nova conjuntura, surgem também elementos como a formalização da regulação: “os critérios da ajuda” aliados ao pensamento conservador, paternalista e clientelista, bem como emerge com grande força a “cultura do primeiro damismo” ligado a Política Social de Assistência Social.

O “primeiro damismo”, ganha espaço e destaque, uma vez que além da reafirmação da consciência popular de “bondade e boa vontade”, a esposa do presidente de um lugar político expressa a importância dessa “ação social”. Além disso, o setor privado também foi envolvido nesse movimento.

“Em outubro de 1942, a legião campanhista se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltada para “congregar as organizações de boa vontade”. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania do apoio às famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da ocorrência de calamidades, trazendo o vínculo emergencial à assistência social. Agora as secas, as enchentes, entre outras ocorrências que fragilizam grupos e coletivos da população, demarcam a presença do caráter da urgência e do circunstancial no campo genético da menina LOAS” (SPOSATI, 2005, p. 20-21).

Apesar da “cultura do primeiro damismo” orientar a tentativa de se estabelecer a Política de Assistência Social no Brasil, ainda no viés conservador, é de suma importância reiterar que a partir das relações entre capital, Estado e o crescimento da classe operária, a Política de Proteção Social é formatada na ótica da seguridade social; como coloca Sposati (2013).

Nessa perspectiva, é válido destacar a análise realizada por Silva,Paz (2020, p.146):

“A seguridade social, incorporando a assistência social, rompeu com tradicional lugar histórico, forjado pelo liberalismo que a indicou com um *apartheid* social no interior das burocracias estatais. “Ali era o lugar dos pobres” que não incorporados em políticas operadas de formas seletiva, buscavam respostas para suas desproteções sociais.”

Isto posto, podemos dizer que a Política de Proteção Social no âmbito de Assistência Social, vem trilhando um caminho de inúmeros conflitos e desafios, porém com a inserção da Seguridade Social, surgiu uma nova forma de pensar a Política, agora, articulada a outras políticas da esfera social, visando à garantia de direitos.

Dessa forma, a Constituição (1988) determina novos caminhos para a assistência social mensurados em seus artigos: 203 e 204, explanado que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (CF 88, art.203 p. 42). Nessa perspectiva, a Assistência Social, a Saúde e a Previdência, passam a definir o tripé da seguridade.

É a partir da Constituição de 1988, que a Assistência Social, avança para uma discussão de direitos e definição de objetivos:

[...] (a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (b) o amparo às crianças e adolescentes carentes; (c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (d) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; (e) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.[...] as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: (a) descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas à esfera estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; (b) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (CF, 1988, p.42)

A partir desses avanços, caminhando mais pela história surge a LOAS (1993) e a PNAS (2004), que regulamentam e organizam a Política de Proteção Social no que tange a Assistência Social, e apontam um prisma que busca romper com o senso comum e formaliza a ótica do direito; pautados pelo protagonismo dos sujeitos.

De acordo com a LOAS (1993) em seu 1º e 2º artigo a Assistência Social é:

“direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o

atendimento às necessidades básicas” [...] Assistência social tem por objetivos: a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos[...] (p.1)

A LOAS (1993) define a Política de Assistência Social, bem como seus objetivos e sua organização. Nesse contexto, a Proteção Social de Assistência Social é dividida da seguinte forma: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade; conforme o Quadro 2 da Tipificação, 2009:

Quadro 2 – Proteção Social de Assistência

2.QUADRO SÍNTESE

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais 2009.

Todavia, nesse estudo vamos nos ater apenas no recorte da Proteção Social Básica, uma vez que a pesquisa propõe refletir sobre o trabalho do assistente social inserido nos espaços sócio-ocupacionais dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS.

A proteção Social Básica, segundo definições da PNAS (2004) aponta que:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2004, p.33)

Isto posto, observamos que nesse cenário a Política de Assistência Social segue propondo o olhar para o indivíduo como sujeito de direitos e não mais pelo viés da “ordem social que os desqualifica, indivíduos marcados por clichês: “inadaptados”, “marginais”, “problematizados” [...] (YAZBEK, 1993)

É nesse intuito que caminhamos para a compreensão do papel do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), os quais são criados para executar a Política de Proteção Social Básica, de uma maneira aproximada dos usuários, na direção do direito ao acesso e da territorialidade.

1.2 Proteção Social Básica no Recorte do Centro de Referência de Assistência Social

Diante das discussões sobre o contexto histórico da Política Social de Assistência Social, avançamos para a compreensão da Proteção Básica e os Centros de Referências de Assistência Social.

Nesse sentido, como já mencionamos anteriormente a PNAS (2004) organiza a Política Social de Assistência Social em níveis de proteção e um deles é a Proteção Social Básica; explanando que:

“A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou,

fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2004, p.33).

A Proteção Básica “prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada” (PNAS 2004). Com isso, a Proteção Básica se desenha com o compromisso de se aproximar dos sujeitos, vislumbrando o acesso aos direitos e a prevenção de riscos.

É nesse viés que os CRAS, são implantados tornando-se os principais meios de execução da Proteção Social Básica, visto que estes espaços sócio-ocupacionais, são implementados a partir de uma leitura dos territórios onde a manifestação da questão social se expressa no município.

O Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social, (2009) explica que:

“O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social” (BRASIL, 2009, p.9)

O CRAS, como porta de entrada da Política de Assistência, é alocado em lugares estratégicos dos territórios municipais, ofertando serviços que atendam os sujeitos elencados pela PNAS (2004), visando a atuação descentralizada no viés da garantia de direitos.

“O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do pressuposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado”. (BRASIL, 2004, p. 35)

Mediante essas colocações, em relação à função e objetivo do CRAS no

território, avançamos para oferta de serviços que este propõe, as quais são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Sendo o PAIF de oferta exclusiva do poder público, ou seja, esse trabalho não pode ser terceirizado, sendo executado apenas nos espaços sócio-ocupacionais do CRAS.

O PAIF, consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida (BRASIL, 2009).

Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, é ofertado na modalidade de grupos, respeitando a faixa etária, percursos e ciclos de visando garantir “aquisições progressivas” e vivências aos seus usuários.

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio, tem como proposta a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários, com o intuito de garantir o acesso aos serviços, inclusão social e direitos.

Isto posto, o CRAS como espaço sócio-ocupacional na vertente de acesso para garantia de direitos, emerge como um campo extremamente importante para o desenvolvimento e reafirmação da Política Pública de Assistência Social considerando a ótica de rompimento com o pensamento conservador.

O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS (BRASIL,2009, p.10).

Além das funções, objetivos e oferta de serviços direcionados a execução do trabalho no CRAS, a NOB-RH/SUAS (2009), prevê a organização e sistematização da equipe de referência vislumbrando assegurar a qualidade e continuidade do serviço, nesse aspecto, este documento expõe que as equipes de referências são apontadas conforme o porte como mostra o quadro seguinte:

Quadro 3 – Equipe de referência para Proteção Básica (CRAS) de acordo com o porte do município

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, MetrÓpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõem o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: (NOB-RH/SUAS, 2009, p. 19)

Diante do Quadro 3, podemos observar que esta orientação não é uma realidade na esfera do Estado de São Paulo, onde a escassez de profissionais nos quadros efetivos da Política de Assistência é comum, tendo em vista que o pensamento conservador imbuído da concepção arcaica de Assistência Social, ainda é muito forte principalmente no Vale do Ribeira, onde poucos municípios possuem equipe mínima efetiva e a compreensão da Política Pública de Assistência Social é externada pelo senso comum como benesse e caridade, “não tem segredo, qualquer um pode fazer é trabalhar na assistência social”(Assistente social: 03), colocando-a em um lugar inferior às outras políticas.

Nos serviços públicos, o preenchimento de cargos, que devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos, conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo, compatibilizadas com seus respectivos Planos de Assistência Social (Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais), a partir de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços (BRASIL, 2009, p. 16).

Nesse intuito, Raichelis *et al.* (2019) realizam uma reflexão sobre a importância de se destacar os municípios que possuem profissionais efetivos (concursados) em grande parte de seu quadro de trabalhadores.

[...] “Esse aspecto é importante de ser destacado no sentido de reafirmar as diretrizes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos- NOB/SUAS

(BRASIL,2006) no que se refere ao estabelecimento de vínculos permanente dos trabalhadores para ratificar o SUAS enquanto Política Pública de Seguridade Social e romper com a prevalência histórica da área marcada pela impermanência e descontinuidade na oferta de serviços e benefícios socioassistenciais, características marcantes de vínculos e condições frágeis de trabalho” (RAICHELIS *et al.*, 2019, p. 191)

É imprescindível destacar que a NOB-RH/SUAS (2009), deixa claro a importância de se refletir sobre a estrutura de gestão do SUAS, vislumbrando a valorização do profissional, educação permanente e qualidade dos serviços com vistas na continuidade do mesmo; e ainda propõe a contratação efetiva dos profissionais quando destaca nos princípios e diretrizes, sendo um destes:

“A promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993, e conseqüentemente a formulação da PNAS/2004 e a construção e regulação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e da sua Norma Operacional Básica NOB/SUAS tornam necessária a reflexão da política de gestão do trabalho no âmbito da Assistência Social, visto que a mesma surge como eixo delimitador e imprescindível à qualidade da prestação de serviços da rede socioassistencial (BRASIL, 2009, p. 15).

Nas interfaces, das lutas travadas pelo cumprimento das legislações e orientações que estabeleçam o mínimo de estrutura e qualidade para implementação da Política de Assistência Social Básica nesses espaços sócio-ocupacionais; observa-se que há também uma vivência de embates diretamente ligados às relações que se encerram no território e no cotidiano, tanto dos usuários com o capital e a sociedade de classes, como do Estado no seu papel tímido de executor e fortemente regulador, quanto das relações profissionais que se estabelecem e se gerenciam neste mesmo espaço/território.

É interessante, refletir que os trabalhadores do SUAS se inserem nesse contexto e vivenciam esses embates, contudo observamos que sobre o assistente social existe uma cobrança maior, uma vez que este é solicitado de maneira específica para situações que poderiam ser atendidas pelos trabalhadores do SUAS alocados no espaço sócio-ocupacional; novamente colocamos em voga, a herança conservadora que exerce influência nesses processos.

No entanto, ao realizarmos a leitura conjuntural do panorama da Política de Assistência Social no Vale do Ribeira, encontramos um cenários de contradições e traços socioeconômicos significativos que potencializam o pensamento conservador imbricado na “ajuda”, culminando na redução da Política de Assistência Social à

benesse; refletido na precarização da estrutura, dos serviços ofertados o que influencia diretamente no trabalho dos profissionais inseridos principalmente nos espaços sócio-ocupacionais nos níveis de Proteção Básica.

Nesse viés, realizaremos um breve panorama da Política de Assistência Social no Vale do Ribeira, com o intuito de discutirmos os desdobramentos da política no território, vislumbrando as relações dos sujeitos na conjuntura atual.

1.3 Território do Vale do Ribeira: Entre Histórias e Contradições

O Vale do Ribeira caracteriza-se em um vasto espaço territorial, composto por 20 municípios na divisão territorial (Figura 1), todavia, essa questão não é um consenso, visto que é válido explicar que a DRADS rico em belezas e fontes de recursos naturais, visto que em 1999 foi tombado como Patrimônio Natural, Socioambiental e Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Figura 1 – Mapa do Vale do Ribeira



Fonte: www.ovaledoribeira.com.br

Essa extensão territorial privilegiada que o Vale do Ribeira possui, é marcada pela presença de uma quantidade de bacias hidrográficas significativas que torna peculiar o território e as relações vivenciadas nele. Segundo o site: Ciclos do Ribeira (2011):

De acordo com Miyahara (2017, p.20) podemos compreender os processos vivenciados neste território:

“Identificamos que as riquezas ambientais condicionadas pela natureza da bacia hidrográfica formam, também, o chão de uma disputa pela exploração de recursos naturais, sem levar em consideração a cultura das populações tradicionais. Sobre essa relação, podemos destacar o estudo de Lúcia da Costa Ferreira, intitulado “Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil”.

Pereira (2017, p.31) também discute sobre a característica na ótica dos recursos naturais e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico do território e conseqüentemente da população inserida no mesmo.

“O Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC, ao elaborar o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira, faz um breve diagnóstico desse território. No que se refere à implantação das Unidades de Conservação, destacam-se dois aspectos importantes: I. O agravamento da falta de empregos e de atividades de geração de renda se deu também pela transformação de grandes porções do território em Unidades de Conservação, já que muitas das famílias de dentro ou dos entornos, sentiram-se pressionadas pela legislação restritiva a deixar suas terras, como por exemplo, o que aconteceu com parte dos antigos moradores da Estação Ecológica Juréia-Itatins, ou ainda vendê-las a preços ínfimos para os grandes proprietários da região, como aconteceu com pequenos proprietários do entorno de Intervales e Petar. II. A criação das Unidades de Conservação gerou também uma migração para a região de pessoas encarregadas na administração das unidades e também de outros profissionais como técnicos, pesquisadores, empresários do setor do turismo e do ecoturismo, prestadores de serviços, etc; além do interesse de habitantes das regiões urbanas que elegeram a região para o turismo como segunda residência.”

Diante das questões apresentadas, observamos que para além das riquezas naturais, o Vale do Ribeira possui uma marca histórica e relevante em território, evidenciando um cenário de disputas que refletem na história dos municípios que o compõem.

É relevante salientar, que o território também vivenciou um processo antagônico de exploração e desenvolvimento, visto que os municípios que o compõem em sua maioria receberam imigrantes portugueses, europeus e japoneses com vistas na exploração do território, seja pela o ouro ou seja pela dominação cultural.

Municípios como Registro, que se caracteriza como polo comercial e cidade com maior concentração da população é conhecido como “Capital do Vale”, acompanhado pelo município de Iguape e Cajati, juntos representam 34% da

população da região. Estes em Especial Registro e Iguape, vivenciaram o processo de exploração do ouro ligados a Portugal e posteriormente o estabelecimento de imigrantes japoneses e europeus nas demais cidades no processo de constituição da cultura no território e no processo agrícola.

Atualmente, segundo o Governo do Estado de São Paulo (2021), os municípios que compunham o programa: Vale do Futuro estiveram contemplados no observatório de indicadores, os quais podemos brevemente elencá-los, como demonstra a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios do Vale do Ribeira

Município	Índice de desigualdade (2010)	Percentual de pobres (2010)	Renda domiciliar per capita (R\$/2010)
Apiaí	0,6	21,7	492,4
Barra do Chapéu	0,5	26,8	371,0
Barra do Turvo	0,5	25,8	390,9
Cajati	0,5	14,4	481,5
Cananéia	0,5	13,9	540,5
Eldorado	0,5	23,3	411,0
Iguape	0,6	18,8	588,4
Ilha Comprida	0,5	11,2	608,8
Iporanga	0,5	25,2	421,1
Itaoca	0,5	29,1	395,3
Itapirapuã Paulista	0,5	35,1	323,4
Itariri	0,5	21,0	434,6
Jacupiranga	0,5	16,0	574,5
Juquiá	0,5	18,2	467,4
Miracatu	0,5	20,1	442,8

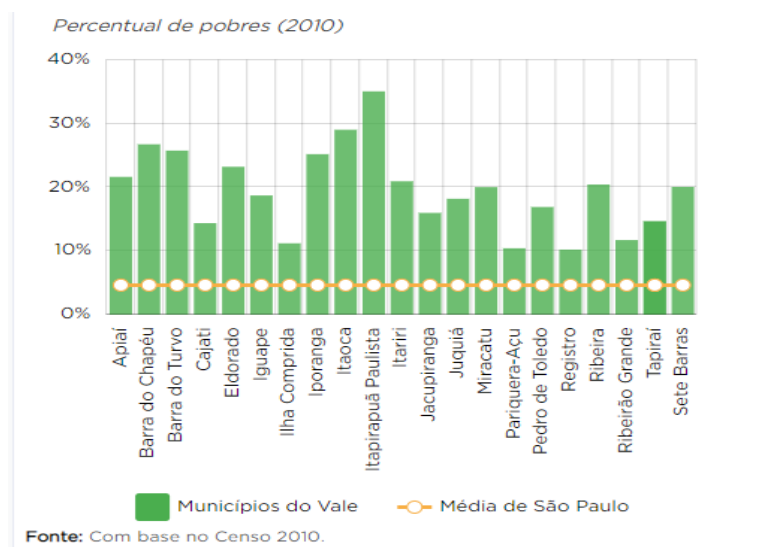
Pariquera-Açu	0,5	10,5	557,7
Pedro de Toledo	0,5	16,9	467,9
Registro	0,5	10,2	699,4
Ribeira	0,5	20,5	416,9
Ribeirão Grande	0,4	11,7	436,2
Sete Barras	0,5	20,1	459,3
Tapiraí	0,4	14,7	449,8

Fonte: Com base no Censo de 2010.

A partir dessas informações observamos que quanto aos indicadores supracitados, apesar do destaque de municípios como Itapirapuã Paulista e Itaóca, os índices ainda são baixos em relação a média do Estado mensurando se na quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família que em dezembro de 2021 caracterizou-se em 25.165.

Esses indicadores apontam para a constatação do Governo do Estado, que analisa o Vale do Ribeira como a “região mais pobre do Estado de São Paulo”, nesse intuito a Figura 3 mensurada abaixo revela os baixos indicadores no que tange ao percentual de pobreza em virtude dos rendimentos de sobrevivência, o que coloca novamente o Vale significativamente abaixo da média.

Figura 3 – Percentual de Pobreza em relação a média do Estado

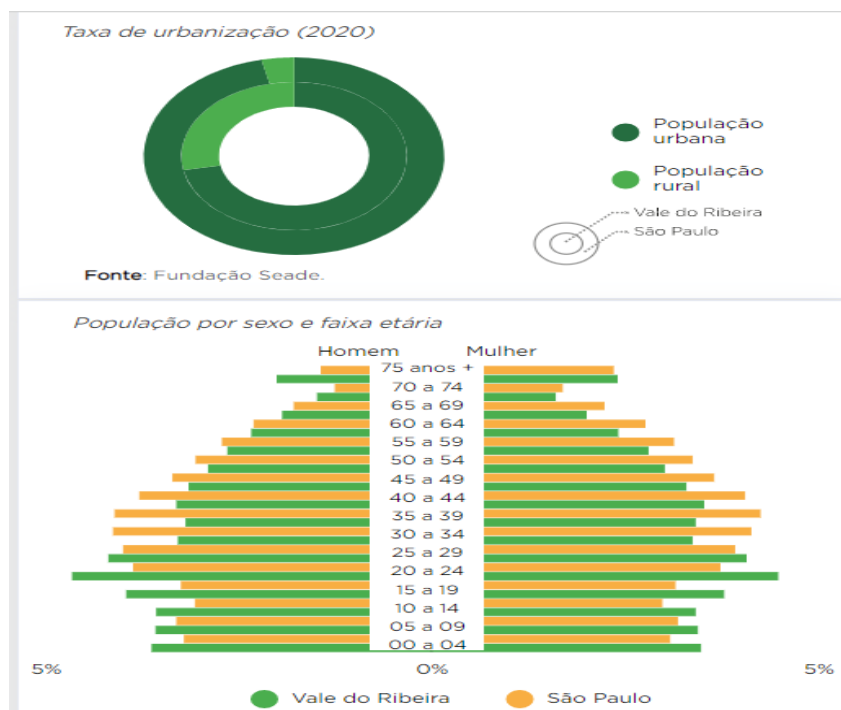


Fonte: Fundação Seade/ observatório de indicadores-vale do Futuro.

Outro dado interessante é a taxa de urbanização tendo em vista o êxodo rural que o Vale vem vivenciando, apesar de sua principal fonte econômica girar em torno da agricultura, pecuária e comércio, as unidades de conservação e preservação ambiental limitam o território, bem como a baixa oferta de empregos dificultam a permanência no campo, mesmo assim, podemos dizer que diante da Figura 4 observamos ainda um número considerável de pessoas residindo nas áreas rurais.

Da mesma forma, o índice da faixa etária por sexo, verificamos um número expressivo da população ativa entre 20 a 29 anos que superam as médias do Estado, bem como a população de idosos que bem em uma crescente principalmente no que se refere ao sexo masculino.

Figura 4 – Taxa de Urbanização e População por Sexo e Faixa Etária



Fonte: Fundação Seade/ observatório de indicadores-vale do Futuro

Isto posto, é inegável que o Vale do Ribeira traz em sua gênese processos antagônicos de disputas e relações de poder que refletem diretamente no trabalho do assistente social inserido na Política de Proteção Básica.

1.4 Breve panorama da Política de Assistência Social no Vale do Ribeira/SP

O Vale do Ribeira é uma região que compõe 20 municípios ao analisar a ótica do Estado, isto porque a DRADS, em sua divisão territorial contempla apenas 15 municípios e o Programa Vale do Futuro conta com 22. Estes em sua maioria possuem fortes características no que se refere a preservação da Mata Atlântica, o que limita o desenvolvimento industrial e acentua atividades econômicas marcadas pela agricultura como já discutimos no item anterior.

A região, apresenta um contexto territorial muito rico, todavia possui em sua história marcas das expressões da questão social significativas, que intensificam a dificuldade dos profissionais em romper não apenas com problemáticas advindas do processo histórico da Política de Assistência Social, como também, em virtude do perfil histórico/socioeconômico da região em que os mesmos estão inseridos. *“Aqui todo mundo acha que é Assistente Social”* (Assistente Social: 03)

Dessa forma, podemos dizer que a herança das desigualdades nas relações e problemáticas discutidas anteriormente emergem com grande influência na conjuntura atual como coloca Iamamoto (2007, p.128):

“Tais desigualdades revelam os descompassos entre temporalidades históricas distintas, mas coetaneamente articuladas, atribuindo particularidades à formação social do País, afetam a economia, a política e a cultura, redimensionando, simultaneamente, nossa herança histórica e o presente.”

Torna-se clara a leitura conjuntural das desigualdades expressas na Região do Vale do Ribeira, quando o Governo do Estado de São Paulo (2019), apresenta que as piores médias do Estado em indicadores, como: PIB per capita, percentual de inscritos em programas, índices de pobreza, entre outros, pertencem ao território supracitado.

Com base nas análises percorridas e explanadas, ao longo deste trabalho, o trabalho profissional do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, especificamente, nos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, situados no vale do Ribeira, serão apresentados de modo a elencar as potencialidades e fragilidades no que tange a efetivação da Política de Assistência Social, no viés da Proteção Social Básica, bem como refletir sobre os sujeitos que compõe e vivenciam esse processo de contradições.

Nesse intuito, é relevante salientar que a Política de Assistência Social, na

maioria das cidades do Vale, não possuem regulamentação municipal do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e no que se refere aos equipamentos espaços sócio-ocupacionais, grande parte dos municípios contam com o CRAS como principal espaço para execução da Política de Proteção Social de um modo geral.

É importante apontar, também, a forte e significativa influência do Fundo Social de Solidariedade, que norteia os ciclos de “ofertas e entregas” de cesta de alimentos vinculados aos espaços sócio-ocupacionais de Proteção Básica e atribui significativamente ao assistente social os processos de regulação no que tange a oferta da doação.

Sobre isto, é importante colocar que os municípios em sua maioria não possuem equipe mínima de referência conforme a NOB-RH/SUAS, todavia existe a presença do psicólogo e em alguns municípios como é o exemplo de Registro; há o pedagogo social compondo a equipe de trabalhadores do SUAS; mesmo nesses termos, os profissionais requisitados para regulação e construção de critérios de avaliação e exclusão de benefícios e/ou serviços que necessitem de um olhar de elegibilidade e constatação da pobreza são atribuídos e muitas vezes exigido do Assistente Social. *“Por vezes somos solicitados para realizar visita domiciliar de demandas que não são nossas, nas entrelinhas exigem que ateste a pobreza, esse não é o nosso papel! Mas nos é atribuído! Desejam o nosso carimbo!”*. (Assistente Social:02, grifo nosso)

O Cadastro Único, também, é executado dentro desses espaços socio-ocupacionais, muitas vezes com auxílio da equipe do CRAS; além disso, existem apenas 3 CREAS (Centro de Referência Especializada da Assistência Social) na região, isto é, os assistentes sociais inseridos na Proteção Básica, acabam realizando a intervenção na Proteção de Média e Alta complexidade.

Com isso, é importante salientar que os equipamentos em sua maioria não possuem a equipe mínima de técnicos efetivos, tão pouco com uma coordenação que componha também o quadro efetivo de funcionários como norteadora pela NOB-RH/SUAS (2006):

- CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. (p.31)

Dessa forma, a atuação do assistente social se materializa e se constitui nesse campo de contradições e vulnerabilidades; e apesar dos frutos dos movimentos sociais caracterizadas pelas conquistas e legislações que remetem a profissão tanto no espaço sócio-ocupacional como na esfera dos direitos; como exemplo podemos citar: a Constituição Federal de 1988; ainda há desafios significativos que se relacionam a precarização do trabalho e às questões da compreensão da realidade vivida no território, aliado ao entendimento da Proteção Social Básica como direito do cidadão e o papel de responsabilidade do Estado na mesma. Assim, Yazbek (2018 p.105) coloca que:

A democracia e a luta pela construção de direitos, nesse sentido, são sempre questões em disputa. É preciso ultrapassar uma análise minimalista ou apenas dos procedimentos formais da democracia para pensá-la em seu caráter subversivo, como disputa entre projetos no terreno de força em correlação. Essa disputa permeia todo nosso campo de ação sob múltiplos aspectos, bastando lembrar o modo como nas últimas décadas nos confrontamos com o legado da subordinação do social ao econômico.

De acordo com a autora supracitada, o campo de disputa pela construção do direito é amplo e permeia todo nosso campo de ação, inclusive a afirmação da identidade do serviço social enquanto profissão, na perspectiva do direito emergido nas disputas das lutas de classes, como no norteamo dos usuários pela busca dessa identidade de cidadão na ótica do direito.

Esse cenário delineado acima, sobretudo no recorte da região do Vale do Ribeira, por outro lado, torna-se um campo de conflitos e resistência para os assistentes sociais, uma vez que, vivenciam não apenas do prisma do usuário; os retrocessos impostos pelas relações entre Estado e interesses do Capital, visando o fortalecimento desse modelo caritativo, com vistas na exploração e precarização do trabalho; como também vivenciam as contradições e resistem como classe trabalhadora e sujeitos de direitos.

Isto posto, Yazbek (2018) coloca que o serviço social como profissão é:

Interpelado e desafiado nesse contexto societário pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas, sobretudo, por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais.

A partir dos apontamentos elencados acima, entendemos que se torna

necessário a reflexão sobre o do projeto ético político da profissão relacionado à compreensão teórico-crítica da realidade social, uma vez que ao realizamos essa análise, esta nos embasará na compreensão do trabalho do assistente social inserido na Política de Proteção Social; visto que o cotidiano exige do profissional respostas imediatistas e resolutivas, principalmente na sociedade cujo pensamento conservador direciona, .

Dessa forma, o projeto ético-político Netto (1999) se coloca como uma bússola de extrema importância, caracterizam-se como um norte para o qual o assistente social irá direcionar as respostas cotidianas e as relações que este irá estabelecer nos campos de disputas.

Dessa forma, podemos concluir que é necessário um movimento para além da leitura superficial do território, das demandas cotidianas vivenciadas pelos usuários ou vivenciadas pelos profissionais. Diante da conjuntura que se apresenta, Yamamoto (2018, p. 83) expõe que:

“O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação das forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional.”

Partindo dessas análises, podemos dizer que, os assistentes sociais têm muito a contribuir na intervenção nos campos sócio-ocupacionais, quando realizam a reflexão e leitura da realidade em que estão inseridos, a partir de um olhar teórico-crítico e norteado pela apreensão e reconhecimento da sua identidade como classe trabalhadora, e também, pelo conhecimento da Política de Proteção, como também dos valores éticos que permeiam a profissão, possibilitando o rompimento das relações de conflitos impostos no cotidiano.

Nessa perspectiva, é importante compreendermos o trabalho do assistente social em seu contexto de construção enquanto profissão, para relacionarmos a sua intervenção na esfera da Proteção Social Básica.

Assim, é relevante elencar que o serviço social como profissão, também, vem imbuído pela ótica do conservadorismo e “ajuda”, todavia, as marcas históricas de conflitos sócio-políticos, que culminaram no processo de reconceituação da profissão; emergiram como nortes para um novo olhar do profissional de serviço social, tanto

da sua identidade como a do usuário; ambos enquanto sujeito de direitos.

CAPÍTULO 2 – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL CONTEXTUALIZADO NO PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Partindo do pressuposto da gênese de benemerência e caridade que marcaram a história da Política Social no âmbito de Assistência Social, agora veremos a constituição do trabalho do assistente social nesse processo histórico contraposto às questões atuais no recorte do Vale do Ribeira.

Desse modo, Lamamoto (2013, p.26) discute que a compreensão das respostas dadas pelos Assistentes Sociais às novas determinações “da questão social” no capitalismo monopolista implica em algumas marcas de origem da profissão”.

“A compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados e construídos ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão.”

A compreensão da relação entre a gênese da Política Social no Brasil e a inserção histórica do serviço social como profissão faz-se imprescindível, para o aprofundamento das análises do trabalho do assistente no cenário contemporâneo.

É nesse prisma, que colocaremos em voga o debate da criação do Fundo Social de Solidariedade, que fomenta e reverbera a vertente conservadora e arcaica da Política de Assistência Social, utilizando como pano de fundo, o primeiro damismo.

2.1 Entre o “velho” e o “novo”: caminhos históricos e atuais da Serviço Social no Brasil

Nesse sentido, vale a pena recordar que a profissão se insere na divisão do trabalho a partir da década de 30, em meio a um cenário de transição e significativas mudanças no país.

De um lado, a classe operária crescia e se movimentava na esfera social no sentido das reivindicações por melhores salários e qualidade de vida, de outro lado a burguesia se aliava ao Estado para conter as ditas “revoluções e manifestações da classe operária”, visando garantir a hegemonia do poder.

Do mesmo modo, a Igreja Católica precursora das ações sociais até então

ligadas às questões religiosas, colocou-se nesse cenário de disputa para avanço que de acordo com lamamoto (2013, p.20) a Igreja tinha como intuito:

“recuperar áreas de influência e privilégios perdidos em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente, e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros de intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade.”

A partir dessa colocação, compreendemos que a profissão emerge no Brasil em um contexto de lutas e disputas, entre a classe operária e o Estado e os interesses do capital, bem como entre o Estado e a Igreja. Nesse viés, Raichelis *et al.* (2019, p.26) explanam que:

“O reconhecimento do Serviço Social como profissão e para a profissionalização dos seu agentes na sociedade brasileira decorrem de complexas interações entre processos institucionais e lutas sociais frente às expressões da “questão social”, nos quais o Estado capitalista da era dos monopólios amplia suas funções econômicas e políticas e intervém nos processos de regulação social.”

Assim, o trabalho do assistente social constitui-se em mediar os conflitos de classes, com vistas a dar respostas que amenizassem a situação de tensão na ótica de interesses do Estado ou da ordem religiosa, a continuidade da ajuda de forma organizada e “profissional”.

lamamoto (2013, p.23) fala sobre o contexto histórico da profissão e revela como este se coloca frente às relações antagônicas de mediação.

“A profissão caracteriza-se não apenas como forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodução da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais.

O cunho doutrinário e moralizador segundo lamamoto (2013) revela-se como um norte da profissão nesse período, visto que atuando através de instituições privadas e através do Estado, o Serviço Social orientava-se em um olhar individualizado de proteção.

É válido explicar, ainda, que o trabalho do assistente social no que tange às

famílias, expressava-se na reafirmação do pensamento conservador da classe dominante, ao passo que estes profissionais construíram suas intervenções a partir do caráter fiscalizador, punitivo integrado ao projeto ideológico da burguesia. O assistente social nesse processo, assume uma identidade que potencializa as relações de interesse do capital.

Com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas – repressoras e controlistas – e dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista. [...] É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês como uma importante estratégia de controle social, como uma ilusão de servir (MARTINELLI *apud* ROCHA, 2021, p.48).

Nesse intuito, Raichelis, Vicente e Albuquerque (2018, p. 212) ao discutir o processo histórico do trabalho do assistente social explicam que:

“Na perspectiva de integração, enquadramento e fiscalização da vida dos trabalhadores, o Serviço Social, em suas origens criou novas estratégias de coerção e controle das famílias operárias, penetrando em seu ambiente doméstico; por meio de visitas domiciliares e inquéritos sociais não mediam esforços para domesticar e imprimir a moral cristã-burguesa ao proletariado, conjugando empenhos em disciplinar a força de trabalho e manter o poder da igreja católica.[...] As práticas de controle e a visão sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias como desajustamento e desestruturas familiares atravessam décadas no ideário da profissão.”

É de suma importância, destacar aqui que caminhamos na história com a inserção do serviço social na divisão do trabalho paralelamente a construção da cultura do primeiro-damismo reafirmando e constituindo o projeto burguês conservador.

Nessa ótica a profissão vai se delineando até meados da década de 60, visto que nesse período o Serviço Social inicia uma discussão sobre a profissão, o pensamento conservador e a sociedade de classes, que culmina no Congresso da Virada em 1979.

Esse evento marca um processo de tentativa de “ruptura do pensamento conservador” e de transição do Serviços Social, vislumbrando novas concepções do desenvolvimento do trabalho, dos sujeitos e das relações de mediação com o Estado. A nova proposta do debate segundo Guerra (2009, p.22):

A compreensão do significado sócio-histórico da profissão, da questão social, escopo da intervenção do assistente social, dos modos de realizar a prática profissional, enfim, dos sujeitos envolvidos no processo de intervenção profissional, resultante da inserção de um novo interlocutor do Serviço Social: *as particularidades sócio-políticas e econômicas do desenvolvimento capitalista brasileiro.*

O Serviço Social inicia um caminho que o leva novamente para o debate, da profissão, do trabalho, dos sujeitos e da sociedade; esse caminho por sua vez, encontra um cenário ainda mais contraditório dadas as relações agora mais sólidas entre o Capital e o Estado.

Nesse processo, o pensamento crítico norteado pelas bases marxistas ganha espaço e lugar nos novos debates, disputas, reflexões e reavaliações, no interior da profissional.

Assim, a partir da Constituição de 1988 e principalmente nos anos 90, a categoria profissional se direciona para a produção de documentos de grande relevância como: o Código de Ética (1993), a Regulamentação da Profissão (1993), LOAS (1993) e nos anos seguintes mais produções de embasamento teórico-político que irão nortear o trabalho do assistente social o serviço social como profissão como: PNAS (2004) e SUAS (2005) são exemplos dessas conquistas.

Apesar da trajetória de inúmeras contradições e resistências, obtendo conquistas no campo da legislação e o Serviço Social tenha sido regulamentado como “profissão liberal”, no Brasil o/a assistente social exerce seu trabalho majoritariamente como assalariado de instituições públicas ou privadas que operacionalizam políticas e serviços sociais (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2018).

Dentro dessa perspectiva, há uma característica da autonomia profissional no que tange a condução e organização do trabalho e da implementação de regulamentações que embasam teoricamente tais práticas.

A partir dessas colocações, Santos, Backx e Guerra (2016, p.51) afirmam que pela forma de inserção socioprofissional da divisão social e técnica do trabalho:

“... O espaço reservado do Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhe são colocadas, para o que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. É a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, sua localização na estrutura sócio-ocupacional e sua funcionalidade na sociedade burguesa, construída no espaço de mediação entre classes e Estado, que atribui à

intervenção um caráter político.”

Diante dessa questão, compreendemos que o trabalho do assistente social mediante o contexto histórico da Política Social no recorte da Proteção Básica aliado ao contexto histórico da constituição do Serviço Social enquanto profissão, caracteriza-se campo de desafios e constantes reflexões e embates onde o trabalho se insere.

É relevante destacar a importância atual de se refletir sobre o exercício profissional no movimento contemporâneo, partindo das dimensões técnico-metodológico, ético-político e técnico-operativo como explica Santos, Backx e Guerra (2016, p.28):

“Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional- formativa, interventiva e investigativa, pensá-la de modo articulada e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada, permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva o conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias bem como o instrumental teórico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as medições para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva”.

Refletir sobre as três dimensões supracitadas, significa pensar na condução profissional vislumbrando a constituição e afirmação do projeto ético-político na perspectiva crítica expressa no cotidiano.

2.2 Perspectivas e desafios do trabalho do assistente social na contemporaneidade no recorte da Proteção Básica

Como discutimos nos itens anteriores, o trabalho do assistente social converge na história com o histórico da política social de assistência, tendo em vista os seus processos e o cenário conjuntural onde estes se constituíram.

Cenário este, como outrora colocamos, permeado por disputas, relações de poder entre Estado e Igreja, interesses do capital, entre outros, atravessando a linha contemporânea.

“Ora os profissionais são constituídos para serem agentes mediadores do capital, que, em última instância, é a força que dispõe do poder de produzir e legitimar tais serviços, de aprovar os estatutos profissionais, de remunerar

imediatamente os agentes. É a força que os constituem, que os remunera, que determina sua parcela de poder, define e redefine sua prática, já que é a classe capitalista que tem dominância política na correlação de forças sociais. Essa é a estruturalmente a situações dos diversos profissionais na sociedade capitalista.” (IAMAMOTO, 2013, P.105)

Na premissa da contemporaneidade, os assistentes sociais, estão inseridos na divisão do trabalho, sendo parte da classe trabalhadora, assalariado, enfrentam as contradições da sociedade capitalista ao passo que são profissionais e sujeitos.

“Os assistentes sociais, em sua maioria, estão na condição de assalariamento e enfrentam os mesmos constrangimentos, experimentados por todos os trabalhadores, especialmente aqueles que requisitam o seu trabalho”. (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2018, p. 281)

Diante das relações de poder o assistente social, na esfera do trabalho, vivencia situações complexas e antagônicas o que dificulta a reflexão sobre as dimensões relacionadas ao trabalho.

Na ótica conservadora, há uma expectativa em que os assistentes sociais produzam e reproduzam respostas imediatas às demandas apresentadas no cotidiano do trabalho, bem como, continuam fiscalizando e selecionando os sujeitos “aptos” e “inaptos”

Por outro lado, para vislumbrar novos caminhos nesse processo complexo, é necessário considerar a totalidade vivenciada no cotidiano com o intuito de reafirmar o projeto ético-político no viés do direito, estabelecendo um “confronto cotidiano com outros projetos em disputa” (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2018).

Partindo dessas reflexões, compreendemos que o trabalho do assistente social na sociedade atual, exige muito mais que as experiências vivenciadas nos campos de trabalho, ou das lutas travadas na conjuntura em que se insere.

Há a necessidade urgente de uma compreensão que ultrapasse as questões a prática de uma ação e um olhar “individualizado” dos sujeitos, sem o conhecimento teórico da totalidade que este compõe (IAMAMOTO, 2015, p. 28).

“A partir da Justificativa que o Serviço Social é uma profissão voltada à intervenção social”. Este caminho está fadado a criar um profissional que, aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade.

Isto posto, voltamos a reiterar a importância de se discutir as dimensões

técnicas do serviço social como profissão, sobretudo a dimensão técnico-operativa pela qual o trabalho se legitima no cotidiano, esta estabelece um norte e traz luz à proposta do trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos

Diante de um cenário de contradições, onde o assistente social ainda precisa romper o estigma do assistencialismo, tendo em vista o seu processo histórico, uma vez que este norteia o senso comum. É no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais que este é requerido e solicitado a “dar” respostas para o imediatismo da conjuntura norteada pelo projeto burguês conjugado às disputas incessantes de poder.

Caracteriza-se de suma importância o conhecimento teórico aprofundado e educação permanente sobre o saber profissional. “Assim a definição sobre *o que e como* fazer tem que ser articulada ao por que *fazer*” significado social do profissional e sua funcionalidade ou ao não padrão dominante)...” (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2018).

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional. É através dela que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um saber que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2018, p. 52).

É nesse viés, que compreendermos de forma crítica o trabalho que se insere no espaço-sócio ocupacional da Proteção Básica no recorte do CRAS, visto que como mencionamos no primeiro capítulo, este propõe a vertente de um trabalho descentralizado, inserido no território onde a leitura é de desproteção.

Assim, com base no que já estudamos no que se refere ao pensamento conservador e as disputas de classes, além do papel do Estado que na atual conjuntura se coloca a parte dos processos, tendo em vista o espraiamento do mercado financeiro que interfere significativamente nas relações estabelecidas no território; podemos analisar que nos CRAS, os assistentes sociais se inserem diretamente na mediação e resolução de conflitos entre os atores supracitados.

Nos espaços sócio-ocupacionais dos CRAS, essa questão se materializa de muitas formas, vamos nos ater apenas a duas para elucidar esta problemática. A primeira pela pulverização do senso comum com base na “bondade e carência” tanto

na compreensão do usuário que busca o CRAS especificamente pela cesta de alimentos e mais complexo pelo Estado/gestão da política que exige do profissional um trabalho de caráter discriminatório, de seletividade, averiguação e atestado de pobreza. Sobre isto, Yazbek (2009, p.165) discute que:

“Separar o mais necessitado, selecionar o grau de carência da demanda para incluí-la ou excluí-la dos recursos e serviços dos programas sociais, vem se constituindo em uma das atribuições históricas persistentes do assistente social. **“O Assistente Social é o profissional legitimado para atribuir o grau de carência do candidato usuário e o Serviço Social é a tecnologia que dá conta da racionalidade desse processo”** (SPOSATI *et al.*, 1985, p.30). Processo que instala “clientelas”, elegíveis para as quais se garante apenas e precariamente, em caráter muitas vezes complementar, o direito à sobrevivência. Processo cujo efeito social e político **“encobre a relação de direito pela subordinação”** (YAZBEK, 2009, p.165, grifo nosso)

Os assistentes sociais inseridos nos espaços sócio-ocupacionais do CRAS, vivenciam essa relação de forças, uma vez que no viés do direito e da proposta do referido espaço, é que usuário receba informação de qualidade ao passo que este apreenda a sua condição de cidadão e como tal sujeito de direitos.

Em contraponto, a segunda questão é que a precarização dos espaços sócio-ocupacionais se colocam como pontos estranguladores no processo de massificação dos assistentes sociais e refletem nas relações estabelecidas nos serviços.

“Em si mesmo, o CRAS necessita de recursos humanos e materiais, de espaço físico adequado, de um corpo de profissionais, para que possa cumprir as atribuições que lhe são delegadas. Também precisa contar com uma rede de serviços socioassistenciais capaz de responder às demandas existentes” (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2018, p.136).

O CRAS deve ser para o usuário um espaço de legitimação de direitos, ou pelo menos um caminho “para”; vislumbrando o seu caráter preventivo e aproximado da realidade dos sujeitos, visto se se integra ao território dos mesmo; também, como espaço sócio-ocupacional da Proteção Social Básica, precisa garantir que não apenas o assistente social, mas o trabalhador do SUAS, seja protagonista de um trabalho na direção do direito.

O que ocorre a partir dessas duas colocações para análise, é que frequentemente esse espaço espaço-sócio ocupacional emerge como um espaço de disputas de projetos e interesses pela característica de se colocar como porta aberta dos serviços de proteção social e estar diretamente nos territórios.

Portanto, compreendemos que em territórios que o cenário conjuntural possui particularidades que contribuem efetivamente para o fomento do pensamento conservador e arcaico no que tange a Política de Assistência, sobretudo, referente ao trabalho do assistente social; essas relações se intensificam, como é o caso da região do Vale do Ribeira.

CAPÍTULO 3 – ENTRE LUTAS E DISPUTAS: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO CRAS NO TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA

Considerando as discussões realizadas ao longo do primeiro e segundo capítulo; neste faremos uma reflexão do trabalho do assistente social, inseridos no campo da Proteção Básica e especificamente no CRAS, na Região do Vale do Ribeira.

As reflexões e discussões apresentadas têm como fio condutor as análises das entrevistas realizadas, as quais optamos por elencar categorias caracterizado por quadros de análise, sendo estas: 1) perfil profissional, o qual construímos gráficos sobre duas subcategorias (formação/modalidade de ensino e qualificação profissional); 2) A materialização do trabalho no sócio-ocupacional/CRAS no viés do direitos; 3) A compreensão da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e como esta se materializa; 4) Relação da Proteção Básica com o Fundo Social de Solidariedade

Para tanto, os sujeitos da pesquisa tiveram seus nomes e municípios não identificados, com o intuito de preservar o sigilo, assim, os assistentes sociais entrevistados serão reconhecidos em suas falas a partir da identificação numérica se configurara do número 01 ao número 02. Quanto ao município ao longo do capítulo realizaremos uma discussão geral colocando em voga as particularidades e elementos que se fizerem relevantes.

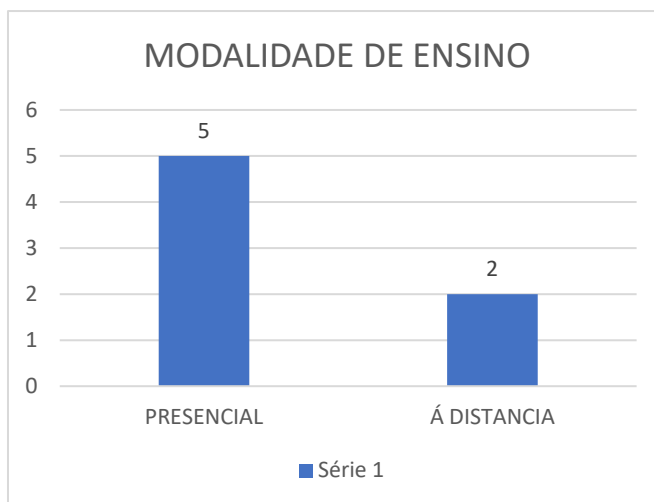
Isto proque, observamos que independente da estrutura e organização do município, as relações de disputa e o pensamento conservador os coloca em uma métrica muito aproximada, embora existam particularidades.

É válido compartilhar que os profissionais ao serem entrevistados, em unanimidade, se colocaram como parte, que vivencia as discussões aqui apresentadas ao longo da pesquisa, manifestando experiências, emoções, fragilidades e potencialidades no processo da entrevista.

3.1 Perfil dos Profissionais Entrevistados

No que se refere ao perfil profissional, vislumbrando a modalidade de ensino e a qualificação profissional, cujas subcategorias serão apresentadas através dos gráficos mencionados a seguir:

Gráfico 1 – Formação profissional: modalidade de ensino



Fonte: Gráfico organizado pela autora através das entrevistas realizadas com Assistentes Sociais do Vale do Ribeira.

O Gráfico 1 apresenta que das sete assistentes sociais entrevistadas, duas realizaram sua formação na modalidade a distância e cinco na modalidade presencial. Sobre isto, enfatizamos a colocação de Iamamoto (2015, p. 421) quando externa que:

“O assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada. Ela é o produto da formação universitária que o capacita a realizar, um “trabalho complexo” nos termos de Marx (1985). Essa mercadoria de força de trabalho é uma potência...”

Ao refletir sobre o histórico da profissão e a inscrição desta, como classe trabalhadora reconhecida, observamos a relevância da formação profissional, uma vez que, apesar da superação dos processos anteriormente já colocados como o estigma da caridade; o estereótipo do profissional de serviço social, construído pelo senso comum, estão presentes no Vale do Ribeira.

Este estereótipo, não considera a formação profissional como bases para ação e desenvolvimento do trabalho, mas traz a expectativa do encontro de um perfil do gênero feminino, de meia-idade, com valores éticos e morais, permeados pela simpatia sensibilidade e bondade.

“Somos solicitadas para demandas que não são nossas, e ainda recebemos questionamento como: você é assistente social, tem que ser boa de coração ou questionamentos como: “quem é essa falando só porque estudou e fez um concurso”. (ASSISTENTE SOCIAL: 03)

“Aqui não importa a legislação, importa o que eu acho que tem que ser” (ASSISTENTE SOCIAL: 04)

Nesse sentido, Raichelis, Vicente e Albuquerque (2019, p. 282):

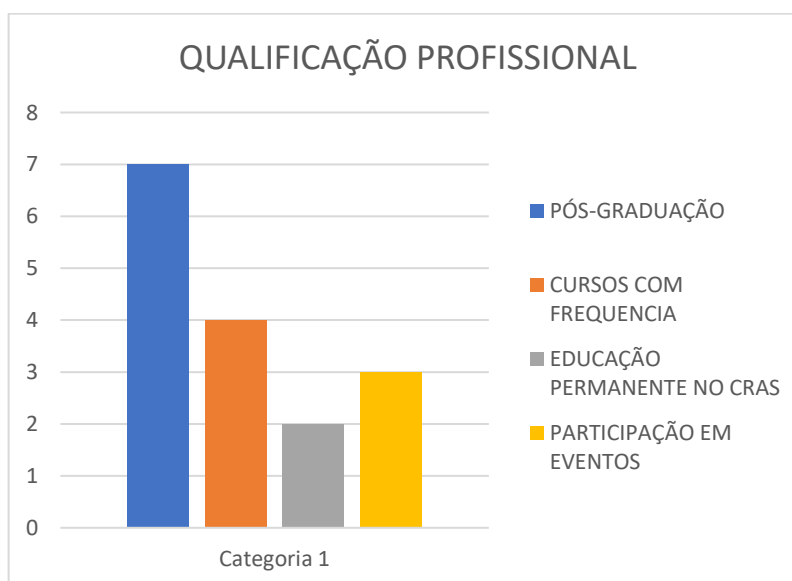
“A redefinição do projeto profissional nos anos 1980, definitivo para nova escrita da da formação profissional, se deu a partir do entendimento aprofundado do significado social da profissão, reconhecido como especialização do trabalho coletivo, na divisão social e técnica do trabalho. Retrata-se que passamos a compreender a profissão como um processo dialético, um movimento real, que conhece e reconhece as demandas e as repostas construídas, se transforma ao se transformarem as condições e as relações sociais em que se inscreve”

Assim, compreendemos que a formação acadêmica e profissional do assistente social, não é apenas necessária, mas obrigatória para o exercício do trabalho, contradizendo o senso comum que desqualifica o profissional acreditando não que há necessidade de formação acadêmica para ocupar esse espaço. Reiteramos a fala da entrevistada (Assistente Social:03) outrora citada, “*Aqui todo mundo acha que é Assistente Social’...*”

Diante dessas reflexões elencamos como subcategoria para análise a Qualificação Profissional, sendo está imprescindível para a reafirmação do projeto ético-político da profissão na perspectiva crítica.

Desse modo, acredita-se que qualificação profissional vislumbrando a educação permanente fornece elementos atualizados e embasamentos teórico-crítico para que o trabalho do assistente social seja propositivo na realidade posta.

Gráfico 2 – Formação profissional: qualificação profissional



Fonte: Gráfico organizado pela autora através das entrevistas realizadas.

No Gráfico 2, podemos verificar que a qualificação profissional e a educação permanente também é um desafio nos espaços socio-ocupacionais, apenas duas assistentes sociais colocaram que nos espaços do CRAS identificam que realizam a educação permanente, o que por vezes ocorre a partir da iniciativa dos profissionais que estão inseridos no espaço socio-ocupacional, todas foram unânimes em dizer que não há um direcionamento enquanto protocolo por parte do órgão gestor. Assim, também em relação a pós-graduação todas possuem, por iniciativa própria.

Elaboramos um quadro para síntese das respostas nessa subcategoria, visto que houveram falas significativas no que tange a qualificação profissional.

Quadro 4 – Formação profissional: qualificação profissional

Identificação	Síntese das repostas
A:01	“acontece de forma muito pontual no município, um ou outro curso, no dia- a – dia, é de cada um”
A:02	“houve um tempo que a gestão investia nisso, mas agora não. Agora é uma questão individual, cada um busca estudar à medida que compreende a necessidade”
A:03	“Nesse quesito o município investe, mas também depende de nós, se eu identificar um curso ou um evento importante para o trabalho, eles pagam. Além disso, nós separamos um momento de planejamento e estudo, é importante.”
A:04	“vejo que acontece de forma individual, eu busco apoio para o meu trabalho através do que já existe, cadernos de orientações, produções, relatos de experiências. No CRAS, só se a gente puxar e nem sempre compreendem. No município só ações pontuais”
A:05	“Eu busco as legislações, planejo meu trabalho embasado nelas e nas publicações, no coletivo vejo pouco movimento nesse sentido. As pessoas não compreendem a importância do planejamento e da educação permanente. É um desafio.”
A:06	“Acontece, mas de forma mais individualizada que coltiva”
A:07	“de certa forma sim, mas ainda desafio”

Fonte: Entrevistas realizadas com os assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social, alocados na Proteção Básica, nos Centros de Referências de Assistência Social, no Vale do Ribeira – SP. Organizado pela autora (2023).

Diante dessas afirmações, compreendemos que a a qualificação profissional e educação permanente, ainda é um desafio nos espaços socio-ocupacionais, tendo em vista que este acontece em sua maioria de forma individualizada, é a compreensão coletiva dos trabalhadores do SUAS ainda é fragmentada, quanto a importancia do espaço para educação permamnente.

Outra questão, é o movimento do pensamento conservador que perpassa por todos os municípios do Vale, neste caso, a compreensão do trabalho pela apenas pela foma material emque se apresenta, isto parte tamb´m da logica capitalista no sentido danão qualificação para execicio do controle e favorecimento dos interesses do capital.

Quanto discute sobre a intervenção profissional, Guerra (2009, p.158) coloca em voga discussão de que:

“O que se pretende demonstrar é que essa forma mistificada de compreender a intervenção profissional, essa inversão encontra-se favorecida pela dinamica da realidade, ja que o que predomina no modo capitalista de apreender os processos sociais é a forma material pela qual as coisas se expressam. Nesse sentido o que não se determina a consciência do assistente social é a vinculação entre as condições objetivas sob as quais a intervenção profissional se plasma e a “forma” que adquire. Entre outras palavras as dificuldades postas a intervenção profissional, embora adquirindo feições especifica, obedece a logica de constituição da sociedade capitalista, na qual a inversão da aparêcia fenomênica em essência a **substituição do conteúdo pela forma, a transformação do essencial em acessório, são condições necessárias a sobrevivência dessa ordem social.** (GUERRA, 2009, p.158, grifo nosso)”.

Nessa perspectiva, a qualificação profissional torna impressindivel, quando refletimos nas discussões anteriores sobre o processo histórico da Polítca de Assistência Social, onde os assistentes sociais entrevistados estão inseridos, principalmente nos espaços socio-ocupacionais dos CRAS, uma vez que estes se inscrevem no território onde as “condições á sobrevivência da ordem capitalista” se coloca como disputa de enfrentameto cotidiano ao trabalho do assistente social.

3.2 Como se materializa o trabalho no sócio-ocupacional/CRAS no viés dos direitos

Partindo do pressuposto já discutido, que a Política de Assistência Social coonstituiu-se a partr de processos históricos, vinculados a religião com bases na

caridade como tratamos no primeiro capítulo, e o trabalho do assistente social emergiu neste mesmo processo na mediação entre conflitos de classes e da sociedade capitalista como distutido no segundo capítulo, partimos para a análise das entrevistas quanto ao cenário atual, no que tange a materialização do trabalho no sócio-ocupacional/CRAS no viés do direitos.

Isto posto, observamos no Quadro 5, a compreensão da materialização do trabalho no viés do direito, ainda não é refletida a partir de elementos teóricos, mas é realizada uma leitura prática, partindo das angústias e demandas advindas das questões colocadas pelo cotidiano massivo e conservador permeada no território e reforçada pela política partidária.

Quadro 5 – Compreensão da materialização do trabalho

Identificação	Síntese das repostas
A:01	“um desafio, viu! tem as intervenções externas e a gente pontua, mas nem sempre a nossa fala é respeitada”.
A:02	“há desafios constantes, todo tempo temos que reafirmar “o direito”, qual é o nosso trabalho, faço questão de documentar. A cesta básica ainda é uma demanda recorrente e complexa”
A:03	“Antes era pior, quando cada um respondia por sí as questões do direito, mas agora percebemos que há uma urgencia em nos oganizarmos e nos unirmos enquanto profissionais. Aí melhorou bastante, começamos a estudar e falar a mesma língua, criamos instrumentais e análises conjuntas na linha do direito, ficou difícil para a intervenção externa, embora ainda aconteça”.
A:04	“nesse espaço eu acho que o nosso trabalho é meio que operacional de triagem, eu não tenho todas as ferramentas que eu preciso para atender aquela pessoa...de acordo com que a pessoa traz eu vou tentar encaixar ali pra tentar minimizar e as vezes não é aquilo que ela precisa”. Alimentos, trabalho e habitação é uma das maiores demandas. A gente fica tão envolto nessa questão burocrática e administrativa que perde o entendimento do que a gente deveria fazer de verdade, não temos tempo pra fazer essa reflexão”... “As vezes me sinto perdida”
A:05	“o nosso trabalho é mau interpretado e confundido e é desgastante ficar reafirmando o tempo todo. Vai se

	resumindo em averiguar o que tem e não tem, o que é possível fazer e o que não é, infelizmente. Ainda, lidamos com a cesta de alimentos e falta de emprego”.
A:06	“nem sempre conseguimos garantir o direito, porque o não entendimento da política de assistência ainda é muito forte”.
A:07	“no dia-a-dia lidamos com muitas situações e interferências políticas, mas tentamos garantir dentro das possibilidades o direito”.

Fonte: Entrevistas realizadas com os assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social, alocados na Proteção Básica, nos Centros de Referências de Assistência Social, no Vale do Ribeira – SP. Organizado pela autora (2023).

O assistente social foi constituído para realizar o trabalho de mediação do capital, na expectativa deste auxiliar no processo de produção e reprodução de seus interesses; “é a força que os constitui, os remunera, que determina sua parcela de poder, define e redefine sua prática, já que é a classe capitaisita que tem dominância política na correlação de forças sociais.”(IAMAMOTO, 2018, p.105).

Ao analisarmos o quadro 5, observamos que de forma massiva o pensamento conservador estabelecido no território interfere diretamente nesta produção e reprodução do trabalho do assistente inseridas nos nos espaços socio-ocupacionais do Vale do Ribeira. Assim, “a luta pelos direitos sociais é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo” (IAMAMOTO, 2018).

É importante destacar que, ficou claro ao longo das entrevistas que as relações entre a classe trabalhadora, neste caso os assistentes sociais, no que tange as relações de conflitos entre capital e Estado, na perspectiva de disputas entre o pensamento crítico e o pensamento conservador tem se intensificado, de maneira que alguns destes tem adoecido ou perdido a dimensão do trabalho no cotidiano.

“Cabe recuperar que deste movimento de intenção de ruptura desencadeado no interior da categoria profissional na década de 1980, há uma intensa preocupação dos assistentes sociais em torno da compreensão do seu trabalho de forma mais alargada, visando romper com o conservadorismo que marca a gênese da profissão; processo de renovação que desembocou no chamado Projeto Ético-político do Serviço Social, que propõe a eliminação de todas as formas de preconceito, a recusa do arbítrio e do autoritarismo, a defesa e ampliação da democracia, da liberdade e dos direitos dos sujeitos históricos, ou seja, um projeto que está na contramão da ordem (im)posta e que demanda dos profissionais um processo de amadurecimento profissional, estudo e luta constante, no confronto cotidiano com outros projetos em disputa.” (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, p. 281).

Nesse sentido, Yamamoto (2018, p. 105) faz uma reflexão muito pertinente quando explica que:

“A luta pela identidade profissional dos que buscam conferir nova dimensão a sua prática supõe um dilema de definições que não está posto diretamente para quem os contrata; mas para a categoria profissional: a questão política de definição desta prática que subordina, embora não elimine a questão propriamente técnico-profissional. Assim não é possível “corrigir” eminentemente política com mera “correção técnica”. Embora incorporando a necessidade de conduzir a prática profissional de maneira eficiente e competente, não é suficiente modernizar o aparato profissional para resolver um problema que não é meramente profissional. O desafio que se apresenta é o seguinte: como é possível, a partir do mercado de trabalho, construir um novo projeto profissional, voltado para a ruptura teórico-prática com a tradição tutelar e manipuladora das classes subalternas segundo interesses que lhes são estranhos...”.

A partir dessa colocação, compreendemos que há uma necessidade urgente em refletirmos sobre o caminho que o trabalho precisa trilhar, partindo do pressuposto do projeto ético-político crítico capaz de colocar em voga as perspectivas atuais da profissão, a saber o direito.

“A dinâmica, as requisições e as condições objetivas sobre as quais a intervenção se realiza não são as mais adequadas à reflexão, a partir do que muitos profissionais se limitam a realizar apenas suas tarefas. Mas o cotidiano profissional também não facilita a percepção das demais dimensões da profissão.” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017, p. 55).

Nessa ótica, “existe um consenso dentro da profissão, de que esta é composta pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política”, as quais se complementam e trazem sentido ao trabalho do assistente social (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017). Contudo, neste estudo iremos nos ater a dimensão técnico-operativa tendo em vista as discussões realizadas com sujeitos de pesquisa.

3.3 A compreensão da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e como esta se materializa

Sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social e como esta se materializa nos espaços socio-ocupacionais, ainda é uma questão a ser melhor discutida entre os profissionais tendo em vista na sua relevância e importância, uma vez que estes devem nortear as ações e objetivos que efetivam o trabalho do profissional.

Sobre a dimensão teórico-operativa é pertinente expor ainda que:

“As dimensões técnica-operativas é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos técnicos e habilidades utilizados pelo profissional, o conhecimento procedimental necessários para manipulação dos diferentes recursos técnicos e co-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais.” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017, p.31)

Assim, como a luta pela materialidade do trabalho no campo do direito aqui observamos também, o quanto a dimensão técnica-operativa ainda precisa ser discutida, visto que a princípio todos os profissionais precisaram de um tempo para refletir, pela intensidade do imediatismo estabelecida pelas exigências e requisições relacionadas ao trabalho do pensamento conservador no cotidiano.

Quadro 6 – Compreensão da dimensão técnico-operativa

Identificação	Síntese das repostas
A:01	“eu preciso pensar...Temos os instrumentais do dia-a-dia e reuniões pontuais para discussão de caso”
A:02	“então, fizemos um protocolo e construímos instrumentais para nortear o nosso trabalho, se não não dá né...Mas no dia-a-dia é cada um por si”.
A:03	“como eu disse, quando nós começamos a falar a mesma língua melhorou, construímos instrumentais que são atualizados conforme vai mudando o cenário, mas sentamos e discutimos”.
A:04	“Acaba sendo uma coisa instintiva, realizo mas sem pensar sobre isso. Eu recorro muito as referências que já existem.... Eu tento fazer uma leitura do grupo...verifico os pontos fortes e frageis...isso em grupo. Da mesma forma, nos atendimentos individualizados. Mas essa construção é minha, individual”. “É que o nosso trabalho é subjetivo, tenho dificuldade de pensar na sua materialidade”.
A:05	“eu procuro criar os instrumentais a partir do sugimento da demanda
A:06	“temos os instrumentais que direcionam o trabalho”
A:07	“aqui, claro temos o instrumental, mas participamos das discussões com outros profissionais da rede para pensar

	em novas estratégias”
--	-----------------------

Fonte: Entrevistas realizadas com os assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social, alocados na Proteção Básica, nos Centros de Referências de Assistência Social, no Vale do Ribeira – SP. Organizado pela autora (2023).

Nesse sentido, Santos, Backx e Guerra (2017) em sua pesquisa expressam que: “... foi apontada a necessidade de se pensar a relação entre meios e fins, como uma chave para tratamento dos instrumentos e das técnicas de nossa herança profissional, sob a lógica de uma nova direção teórica e social”.

Para além dos instrumentais técnicos, é importante a reflexão e o levantamento teórico para norteamento do que se propõe, a reafirmação nesses processos do Projeto ético político crítico vigente da profissão.

Sendo assim, Santos, Backx e Guerra (2017, p.33) explicam que:

“Como consenso entende-se que os instrumentos utilizados pelo Serviço Social não foram por ele criados, há uma discussão acumulada do âmbito da profissão, ainda que situada em outro contexto histórico e ancorada nas Ciências Sociais Humanas. Tal reconhecimento aponta para necessidade de apropriação da discussão até então produzida, para avançar no sentido definido do Projeto de Formação Profissional em vigor. [...] a intencionalidade teórica dos instrumentos oferece uma direção que pode contribuir com a ruptura de práticas conservadoras.”

Observamos, que entre os profissionais do Vale do Ribeira há uma preocupação quanto a dimensão teórico-operativa em uma vertente ainda individualizada e não coletiva, partindo de discussões pontuais e não no âmbito da gestão da Política de Assistência, tão pouco no coletivo dos profissionais.

Como explanamos na introdução há produções significativas sobre o o território do Vale do Ribeira, capaz de elucidar caminhos para construção coletiva que propõe refletir sobre as três das dimensões do Serviço Social, mas estas não encontram espaços que fomentem esse processo.

3.4 Relação da Proteção Básica com o Fundo Social de Solidariedade

Nessa categoria de análise observamos que muito se relaciona com as discussões do primeiro capítulo, visto que retornamos a reiterar a permanência do pensamento conservador ao verificar a fala dos trabalhadores ao citarem o primeiro damismo, a influencia do fundo social no rotina do cotidiano do CRAS, as questões

da confusão e processos ântagonicos entre fundo social de solidariedade e Política Pública de Assistência Social.

É importante salientar que a maior parte das relações relações conflituosas entre o pesamento do senso comum e o pensamento crítico ocorrem nos espaços socio-ocupacionais do CRAS, visto que como ja mencionamos, este é a porta de entrada da Política de Assistência, é o fio condutor nas mediações entre usuários e Estado, usuários e insteresses do capital, é o campo de disputas e lutas descentralidos no município.

No Quadro 7, percebemos que se encerra uma disputa entre um caminho para a ruptura do pensamento conservado, do assistencialismo, clientelismo, e a efetividade do projeto ético político independente do município, seja ele pequeno ou grande, diferença que essas relações granham proporções maiores a medida que o coletivo se fragmenta.

Quadro 7 – Compreensão da dimensão técnico-operativa

Identificação	Síntese das repostas
A:01	“difícil, é exigido de nós o preenchimento de fichas pra cestas básicas, e não tem como romper com isso! Porque passa de gestão para gestão”.
A:02	“já foi pior, agora tá de boa, embora a cesta básica ainda é uma questão complicada, tentamos trabalhar em parceria”
A:03	“olha, você sabe que melhorou, a primeira-dama nem tanto, o pior é o entendimento da política partidária, que pressiona o CRAS principalmente por causa da cesta básica”. Tem que ser o assistente social para fazer visita, mandam demanda de óculos, coisas de saúde...”
A:04	“não existe um entendimento do que é atendimento do Fundo e o que é assistência social, é uma realção de subalternidade porque a nossa chefia nos impõe isso. A partir do momento a pessoa quer solicitar uma cesta eles mandam para o CRAS vai fazer o preenchimento de uma ficha e a gente tem que avaliar se a pessoa precisa da cesta ou não. Esse entendimento é muito ultrapassado. Já tentamos romper com isso e não conseguimos!”
A:05	“difícil, pergunta capcisa! Éo primeiro damismo né, e tem profissionais que não querem e não vão se indispor coma política partidária, então isso fica mais complexo”. O

	nosso trabalho se mistura com o do fundo no senso comum”
A:06	“é complicado, tentamos trabalhar em parceria, mas já teve muita intervenção”.
A:07	“Existem as questões políticas, mas tentamos trabalhar dentro desse contexto.”

Fonte: Entrevistas realizadas com os assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social, alocados na Proteção Básica, nos Centros de Referências de Assistência Social, no Vale do Ribeira – SP. Organizado pela autora (2023).

Aqui, para melhor elucidar a realidade vivida pelos assistentes sociais do Vale do Ribeira, compreendemos necessária a reflexão o processo do primeiro damismo, isto porque, no Estado de São Paulo e principalmente no Vale Ribeira é fotíssimo e organizada na caracterização do Fundo Social. Tanto que todas as cidades do Vale possuem Fundo Social e seus representantes políticos, conforme dicorreremos a seguir.

É certo que a partir da Criação da LBA, o pensamento conservador aliado à questão político-partidária avançou e tomou corpo de forma a conquistar e se estabelecer no espaço inicialmente na organização da Política de Assistência, mesmo que pautados pelo clientelismo e paternalismo. Como esposa do Presidente, a senhora Darcy Vargas representou o Estado Federativo e influenciou as ações de caridade articulada e realizadas pelas senhoras nobres da sociedade, além da difusão da “cultura do primeiro damismo”.

Nesse contexto histórico, a figura destrava elementos que a história vai costurando e masterizando-se no fortalecimento do pensamento conservador. Vale colocar que, em nota o Conselho Federal de Serviço Social (2016) explanou que “elementos históricos fortalecem ondas conservadoras que atinge visceralmente a classe trabalhadora: a negação do direito social, a desprofissionalização das políticas sociais e a condição subalterna da mulher”.

Claramente podemos compreender que o “primeiro damismo” configurou-se em uma estratégia política no contexto tardio de desenvolvimento do país; estratégia esta, que reafirmou as relações de interesse do capital e do Estado em detrimento da classe trabalhadora, reproduzindo a cultura conservadora e reguladora nas disputas de poder.

Diante do exposto, Medeiros (2019) faz uma discussão importantíssima que faz

reflexão no que tange a pulverização da “cultura do primeiro damismo” em todo o território nacional:

“No período ditatorial, as primeiras-damas assumiram a presidência de honra da LBA e desenvolveram atividades assistenciais, principalmente aquelas cujos maridos eram gestores estaduais. Percebe-se dessa forma a cultura do primeiro-damismo não apenas na esfera da União, mas seu alastramento tanto para os Estados quanto para os municípios, em especial aqueles onde existiam coordenações da LBA. Dessa forma, tiveram participação na coordenação da LBA, em nível da União, as primeiras-damas Sarah Kubitschek e Dona Yolanda Costa e Silva” (MEDEIROS, 2019, p.321)

No entanto, essa estratégia se alastrou no país intimamente ligado à construção e organização da Política de Assistência Social, se materializando mais tarde na criação do Fundo Social de Solidariedade, o que permanece até os dias atuais, seguindo a mesma cultura do “primeiro-damismo”, clientelismo, regulação do acesso, leitura do senso comum sobre a ótica da pobreza e da caridade.

Com o primeiro-damismo, a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das esposas dos políticos. Essa cultura, instaurada a partir da Era Vargas, irá configurar-se como um importante instrumento de legitimação do poder político dos governantes a partir da bondade e benemerência das primeiras-damas (MEDEIROS; FROTA, 2011, p. 11).

Apesar do processo de rompimento na década de 70 do Serviço Social com o pensamento conservador, atualmente principalmente no Estado de São Paulo o Fundo Social de Solidariedade ainda permanece em um espaço privilegiado político e socialmente, norteando e executando ações de caridade na vertente do primeiro-damismo de Assistência mo que por vezes se confunde no bojo do senso comum como o fazer profissional da Política de Assistência Social.

“A convivência do “novo” com o “velho”, ou seja, de perspectivas e práticas pretéritas no campo da Política de Assistência Social, vinculadas ao primeiro-damismo, ao voluntarismo, ao uso do órgão gestor enquanto espaço de domínio político partidário, com as normativas e diretrizes voltadas ao exercício da gestão compartilhada, tem resultado em alguns aspectos, num modo próprio de gestão da Política Social no Estado de São Paulo, paralelo ou mesmo divergente do SUAS”[..]. (RAICHELIS *et al.* 2019, p.190)

Assim, é importante destacar que no Vale do Ribeira essa questão é fácil de se identificar, uma vez que todos os municípios possuem Fundo Social de Solidariedade ativos e em sua maioria presidido pela primeira-dama.

“A assistência social parece ser tratada com menos crítica, ou mais conforto, quando é comentada no âmbito das velhas práticas patrimoniais. Estas parecem ser inerentes às damas, principalmente às primeiras, como são denominadas as esposas de governantes eleitos em sociedades marcadas pelo sexismo ou pela hierarquia dominação/subordinação entre os gêneros masculino e feminino. Fica confortável, também, a ponderação sobre a assistência social quando colocada no âmbito da filantropia de patronos, eclesiais ou leigos, empresários ou benfeitores. Nas duas situações ela parece perfeitamente harmoniosa e própria à relação onde o doador tutela ou subordina aquele que recebe a doação.” (SPOSATI, 2007, p.436)

Outro fator relevante é que em alguns municípios, quando a primeira-dama não assume esse papel, o prefeito designa alguém com características de articulação política para exercer a função.

Além das questões elencadas, a primeira-dama ou a pessoa designada pelo Prefeito, por vezes acumulam a gestão do Fundo Social de Solidariedade e da Política Pública de Assistência Social, o que distancia a compreensão de Política Pública de Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado e associa esta política, ao pensamento arcaico do favor, caridade e clientelismo.

Por outro lado, como discutimos anteriormente, embora o Vale do Ribeira possua uma riqueza de recursos naturais inestimáveis, os indicadores socioeconômicos apresentam uma preocupação para seus níveis baixos em relação à média do Estado refletindo um estigma de pobreza econômica e social que permeia o território.

Essa questão do estigma da pobreza, contribui para com os aspectos históricos do pensamento conservador no que tange às ações imediatistas, principalmente em tempos de chuvas fortes, uma vez que, este é marcado pela grande quantidade de água caracterizado nas bacias hidrográficas distribuídas ao longo do território. As enchentes em grande parte dos municípios ocasionam situação de calamidade pública.

A falta de oferta de emprego formal, também auxilia no processo da evidência e estigma da pobreza, permitindo o avanço do pensamento conservador a partir da ótica do sujeito “subalterno”, “desqualificado” e “necessitado de solidariedade e ajuda” (YAZBEK, 2009).

Por fim, a presença do Fundo Social de Solidariedade é uma característica determinante nos municípios do Vale do Ribeira, que contrapõe a ótica da Política Pública de Assistência Social, em detrimento da confusão e prevalência do senso comum da compreensão da Assistência Social, não apenas no âmbito dos usuários,

mas entre os profissionais de outras políticas, entre a política partidária e a sociedade em geral.

De acordo com o CFESS (2016) em sua nota de manifestação em detrimento do anúncio do Programa Criança Feliz, analisado na vertente do pensamento conservador e reafirmação do primeiro damismo, expõe que:

“Historicamente, tem sido evidenciado que a chamada *boa vontade* é não apenas insuficiente para intervir no conjunto de desigualdades de classe, gênero, raça, entre outras, mas, sobretudo, um elemento estratégico no campo conservador dirigido ao disciplinamento da força de trabalho e o arrefecimento de sua rebeldia. Conceber e implementar direitos sociais exige trabalhadores/as qualificados/as e com condições adequadas de trabalho! E nós, assistentes sociais, somos parte desses/as importantes trabalhadores/as da assistência.”

A presença do pensamento conservador e o senso comum que tenta significar o trabalho do assistente social no território do Vale do Ribeira são fatos complexos e arrisco dizer que na prática do cotidiano coloca-se como uma “cultura”, sustentada pela lógica do capital. Esses fatores, emergem como um desafio constante no trabalho do assistente social nos espaços socio-cupacionais da Proteção Básica.

“É necessário recusar uma visão endógena da profissão, desconectada da realidade de seus usuários. Uma atuação que não considere a totalidade presente no cotidiano profissional, estará de costas para história e, portanto não conseguirá sustentar e apresentar um projeto profissional que materialize o projeto ético-político hegemônico”. (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017, p.154).

Por fim, reiteramos que não se trata apenas de um rompimento com as bases conservadoras de forma individual e tão pouco apenas a acumulação do conhecimento teórico do profissional também no âmbito individual, que levará a superação das questões e conflitos que se apresetam no cotidiano do trabalho do assistente social na proteção básica no Vale do Ribeira.

“De fato as demandas que o assistente social recebe têm cada vez mais um caráter individual e menos coletivo, portanto as ações mobilizadas para responder a estas demandas têm um caráter individual, podendo “transformar-se em coletivo” à medida que a intervenção profissional construa junto aos usuários novas estratégias e novas demandas, dependendo, claro, do posicionamento teórico-metodológico dos profissionais.” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017, p. 164)

Sendo assim, torna-se necessário um pensamento coletivo e organizado,

caracterizado pelas lutas e disputas na esfera do campo de trabalho, com vistas no direito, onde “a defesa do projeto ético-político faz-se indispensável na contemporaneidade, sem contudo, nos esquecermos que sua efetividade requer mais do que intenção de uma categoria profissional, mas a luta coletiva por uma nova ordem societária” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017, p.166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que no contexto atual, o trabalho do assistente social ainda sofre os resquícios do processo histórico que constituiu a política social de Assistência e a própria profissão, essa herança histórica ainda pode ser percebida com mais clareza no território do Vale do Ribeira.

“A desigualdade de temporalidades históricas tem afeição antidemocrática assumida pela revolução burguesa no Brasil um de seus pilares. As soluções políticas para as grandes decisões que presidiram a condução da vida nacional tem sido orientada por deliberações “de cima para baixo” e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política” (IAMAMATO, 2015, p.130)

Assim, acontece na região do Vale do Ribeira, há uma dificuldade do profissional em romper com as práticas que lhe é exigida e muitas vezes impostas, pelas inúmeras lutas que precisa travar, para os inúmeros atores que precisa provar a sua condição de profissional, com formação e conhecimento teórico para o desenvolvimento do trabalho; no fim as “ coisas se estabelecem de cima pra baixo”.

“Pontuamos aqui uma provocação, não se trata de negar a realidade do dado da desigualdade, e sim, de como técnicos, cientistas, estudantes e moradores pensam suas ações para além do dado. Trata-se, acima de tudo, de não aceitarmos a pobreza como identidade da nossa região. Desconstruir o estigma, destrinchar os dados e reconhecer as potencialidades históricas, sociais, artísticas, culturais e entender, diante desta responsabilidade de “ir além”, que nosso lugar de fala não é o do “intelectual tradicional”, mas sim, do “intelectual orgânico” [...] (MIYAHARA *apud* ROCHA, 2017, p. 44).

Observa-se que essa discussão ainda se coloca no campo individual ou em pequenos grupos, compreendemos que os assistentes sociais têm muito a contribuir com a sua força de trabalho nos campos sócio-ocupacionais, visto que estes, já realizam a reflexão e leitura da realidade em que estão inseridos, a partir de um olhar teórico-crítico e norteado pela apreensão do conhecimento da Política de Proteção, como também dos valores éticos que permeiam a profissão.

Entretanto, para o rompimento das relações de conflitos postas no cotidiano em detrimento do pensamento conservador e da pulverização do senso comum; que pressiona os assistentes sociais há uma prática arcaica e contraposta ao projeto ético-político vigente, no que tange a vertente crítica, a qual norteia-se pela compreensão dos sujeitos como “sujeitos de direitos” ; é necessário que estes profissionais realizem

as discussões, reflexões e análises para além do contexto individual, é imprescindível que estes embates se efetivem no campo coletivo onde este ganha força e lugar.

“Em outros termos, aquelas possibilidades emergentes na trama das refrações sociais tem uma relação na órbita profissional permeada por inúmeras mediações até se moldarem como resposta de cunho teórico e técnico-político no campo profissional, seja ao nível da produção científica seja ao nível das estratégias da ação social profissional. Assim se a profissão dispõe de condicionantes sociais, que ultrapassam a vontade e a consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente, forjando respostas profissionais.(IAMAMOTO, 2015, p.221)

Assim, entendemos, que o desafio atual para o trabalho dos assistentes sociais dentro da Política de proteção Social é: a compreensão clara da leitura conjuntural no que se refere a relação de conflitos a partir da leitura da realidade em que se inserem, bem como o entendimento do papel do Estado e da Política de Proteção Social no viés da garantia de direitos.

Essa compreensão deve perpassar as questões individualizadas para o movimento coletivo, tanto do compartilhamento do conhecimento quando das ações organizadas de lutas e disputas no interior das relações de conflitos entre as classes, o Estado e o capital.

“O posicionamento profissional frente aos desafios postos, em consonância com o projeto ético-político, significa reafirmar valores que se contrapõe aos valores capitalistas. Pelo fato de a profissão reconhecer a centralidade da luta de classes e reafirmar-se em favor da classe trabalhadora, torna-se claro que este profissional tem o compromisso ético com a construção de outra ordem societária, pautada em valores universais como, igualdade, autonomia e liberdade.” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017, p.165).

Com isso, o trabalho do assistente social na Pteção Básica no Vale do Ribeira, se materializa e se constitui nesse campo de contradições e vulnerabilidades; e apesar das conquistas e legislações que remetem a profissão tanto no espaço sócio-ocupacional como na esfera dos direitos; ainda há desafios significativos que se relacionam às questões da compreensão da realidade vivida no território, aliado ao entendimento da Proteção Social Básica como direito do cidadão e o papel de responsabilidade do Estado na mesma.

“O reconhecimento dos direitos sociais e, sobretudo, sua universalização dos sistemas de proteção social capitalista, seja em formas de bens e serviços, seja em forma de prestações sociais monetárias, possibilitou a melhoria das condições de vida, certa redução das desigualdades sociais e certa

distribuição do fundo público. Mas, certamente, não desmercantilizou as relações sociais, que continuam regidas pelas relações capitalistas fundadas na produção e apropriação privada de seus resultados”. (BOSCHETTI *apud* ROCHA, 2021, p. 81).

Nessa perspectiva coloca-se que para além das lutas, ainda é necessária a constituição de um perfil profissional que esteja disposto a embates do cotidiano e consiga realizar as articulações nesse processo, diante disso, Raichelis, Vicente e Albuquerque (2017, p.282) destacam com grande ênfase que:

“Por ser uma profissão de caráter interventivo exige-se, pois, a formação de um assistente social com competência para, em tempos de barbárie, encontrar na realidade contraditória, estratégias e possibilidades de defesa intransigente dos direitos humanos na sua integralidade, indivisibilidade, indeterdependência e relação com o projeto profissional que articula esses conceitos.”(RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2017, p.282)

Por outro lado, torna-se um desafio e um campo de análise conjuntural, vislumbrando novas estratégias para intervenções propositivas; uma vez que “estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social)” (IAMAMOTO, 2017).

“É na dinâmica das relações entre as classes sociais e destes com o Estado e a sociedade inclusiva – na práxis social – que se encontram a fonte das aproblemáticas a serem enfrentadas e a chave de suas soluções. Assim é lançando um olhar para um horizonte mais amplo, que apreenda o movimento da sociedade e as necessidades sociais aí produzidas, alvos potenciais da atuação do assistente social que se torna possível iluminar as particularidades dessa especialização do trabalho na trama das relações de classes. E desentranhar dos processos sociais uma nova agenda profissional e inéditos desafios que impulsionem a consolidação do projeto do Serviço Social brasileiro.”(IAMAMOTO, 2013, p. 221)

Concluí-se, que o trabalho do assistente social na Proteção Básica no Vale do Ribeira, tem como desafio a articulação coletiva, o fomento da educação permanente para defesa do Projeto ético-político, capaz de romper com as vozes exacerbadas do senso comum embuídas do conservadorismo que coloca a política de assistência social, bem como os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, sobretudo os assistentes sociais, e principalmente os sujeitos atendidos em um lugar de subalternidade.

Esse lugar de subalternidade reverbera o contexto histórico tanto da política quanto do trabalho do assistente social, concebidos em tempos arcaicos,

teóricamente superados, mas que ainda se coloca como “voz condutora” reafirma nos espaços de lutas e disputas na contemporaneidade do Vale do Ribeira.

REFERÊNCIAS

- BATTINI, Odária. **A pesquisa nas ciências sociais desafios e perspectivas**. In: Revista Emancipação número 9. Ponta Grossa: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rosseti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Políticas Sociais: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1998.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Política Nacional Assistência Social**. Brasília DF, setembro de 2004.
- BRASIL. Lei n. 8.742 **Lei Orgânica da Assistência Social, (LOAS)** Brasília DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em 10 de dezembro de 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Serviço de Proteção Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Articulação necessária da Proteção Social Básica**. Brasil, 2016. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pd. Acesso em 20 de Maio de 2022.
- CARDOSO, A. V. M; TEIXEIRA, S; CARVALHO, P. O. **A Trajetória da Assistência Social no Brasil: Superação da Cultura Assistencialista?** Rev. FSA, Teresina, v.14, n.2, art.10, p. 171-194, mar./abr. 2017.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019. **Apresentação projeto de desenvolvimento para o Vale do Ribeira**. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/governo-de-sp-apresenta-megaprojeto-de-desenvolvimento-para-o-vale-do-ribeira/> SES / CES. Acesso em 20 de Setembro de 2021.
- GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. Ed São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- GUERRA, Y.; BACKX, S.; DOS SANTOS, C. M. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche- capital financeiro, trabalho e questão social**. 9º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 13ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

MARTINELLI, Mária Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série núcleo de pesquisa 1).

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de; FROTA, Maria Helena de Paula. **A ascensão da mulher à esfera pública e a intervenção social: primeiro damismo**. In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, 2. 2011, Fortaleza. SEMANA DE HUMANIDADES, HUMANIDADES: ENTRE FIXOS E FLUXOS, 8., 2011. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará, 2011, p.01-16.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva. **O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: Desafios ao Serviço Social**. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.29, n.1, 2019, p.311-338.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MIYAHARA, Heloisa Sayumi. **Perspectivas do meio-fio: entre os direitos sociais e as histórias de vida da População em Situação de Rua na região do Vale do Ribeira-SP**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

NETTO, José de Paula. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PEREIRA, Mariene dos Santos. **Trajetórias socioterritoriais: entre necessidades habitacionais e a intervenção do Estado na produção da segregação socioespacial**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 116. p. 3, out./dez. 2013.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. **A nova morfologia do trabalho no serviço social/organização**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento**. In: Silva e Silva, Maria Ozanira; Rojas Couto, Berenice; Yazbek, Maria Carmelita (Org.). Cortez 2019.

RAICHELIS, Raquel. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. In: CEFESS (org.). Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão. p.12, Brasília, 2020.

ROCHA, Fábio de Carvalho. **Centros de Referência de Assistência Social do Vale**

do Ribeira: a tensão entre projeto ético político do Serviço Social e projeto societário capitalista. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, São Paulo, 2021.

SANTOS, C.M; BACKX, S.; GUERRA, Y. **A Dimensão Técnico- operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Cortez, 2017.

SILVA, A. A; PAZ, R. D.O. Políticas Públicas e Direitos Sociais no contexto da crise contemporânea. _____: et al. (orgs.). São Paulo, 1º ed. Cortez, 2020.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência Social:** ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007

SPOSATI, Aldaíza. **A menina Loas:** um processo de construção da assistência social. São Paulo, 6º ed. Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil:** pautas para o trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 116. p. 652-674, out./dez. 2013.

SPOSATI, Aldaíza. **A assistência social na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. _____ et al. (orgs.). São Paulo, 6º ed. Cortez, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

<https://www.ciliosdoribeira.org.br/vale-ribeira/patrimonio#:~:text=Patrim%C3%B4nio%20natural%2C%20socioambiental%20e%20cultural,533%20hectares%20em%20S%C3%A3o%20Paulo>. Acessado em 20/02/2023

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301> acessado em 15/03/2023

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Prezado(a) Senhor(a):

Este é um convite para participar na pesquisa: **O trabalho do profissional de Serviço Social inserido no campo da Proteção Básica: um estudo a partir da realidade do Vale do Ribeira**, que está sendo desenvolvida por **Tatiane Nunes da Silva Pereira**, aluna do curso de mestrado acadêmico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Carmelita Yazbek. O objetivo geral deste estudo é analisar e refletir sobre o trabalho do profissional de Serviço Social inserido no campo da Proteção Básica nos municípios do Vale do Ribeira.

Nessa perspectiva, o objetivo específico é conhecer o cotidiano de trabalho profissional dos (as) assistentes sociais técnicos que atuam nestes espaços sócio-ocupacionais, buscando refletir sobre o trabalho profissional e sua dimensão técnico-operativo, no cotidiano onde as relações entre os seus pares, os usuários e o Estado acontecem. Diante disso, a análise ocorre através da ótica da Política de Assistência Social.

Considerando que sua participação é muito importante, salientamos que a pesquisa ocorreu em uma etapa. Nesse sentido, solicitamos a sua colaboração para a participação em entrevista semiestruturada realizada com agendamento prévio. Em relação ao tempo da entrevista, estipulamos um período médio de duração de 1 (uma) hora e poderá ser gravada com autorização prévia do participante.

Cabe esclarecer que, a adesão à pesquisa é voluntária e o(a) Sr(a) tem garantido o direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou problema. Esclareço que as informações colhidas pela pesquisa serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, sem a identidade do seu nome e respeitando os protocolos oficiais da ética em pesquisa. O acesso aos resultados da pesquisa será garantido aos sujeitos da pesquisa.

Informamos que a(o) Sr(a) não pagará nem será remunerada por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação

nessa.

Este termo será preenchido e firmado em duas vias de igual teor e conteúdo, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue ao senhor(a).

Caso o(a) Sr(a) o(a) tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, informamos que durante todo o período da pesquisa poderá solicitar esclarecimento, bastando para isso entrar em contato diretamente com o pesquisador por meio de endereço eletrônico tatiane.nunesxa@gmail.com ou pelo telefone (13) 99801-9267.

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos e ausência de riscos decorrentes deste estudo, declaro meu livre consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações) preservando a minha identificação.

_____, _____ de ____ de 2022. (local)

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Perfil Profissional

- A) Qual foi a instituição e modalidade de ensino que você concluiu sua formação?
- B) Você possui pós-graduação? Qual é a modalidade? (Especialização Lato Sensu, Especialização Stricto Sensu, entre outros).
- C) Existem espaços para educação permanente na perspectiva do SUAS no espaço sócio ocupacional onde atua?
- D) Qual é o tipo de vínculo empregatício que você possui em relação ao empregador?
- E) Quanto tempo exerce o trabalho de Assistente Social nesse espaço ocupacional?
- F) Qual é a carga horária exercida e como esta é distribuída na semana?
- G) Você costuma participar de núcleos, fóruns e/ou congressos referente ao Serviço Social? Qual a frequência?

2. Perfil do trabalho do assistente social no espaço sócio ocupacional

- A) Na sua opinião, como você avalia o trabalho do Assistente Social no espaço sócio- ocupacional da onde está inserido?
- B) Existem demandas que não são pertinentes ao trabalho do Assistente Social no CRAS? Como você responde a essa questão?
- C) Existem instrumentos para avaliação, intervenção e encaminhamento das demandas?
- D) Na sua opinião, o que entende como dimensão técnico-operativa no Serviço Social e como essas dimensões se materializam no cotidiano do seu trabalho?
- E) No cotidiano profissional você costuma buscar referências teóricas para o embasamento teórico das ações propostas?
- F) Como você avalia a relação da Proteção Básica - CRAS com o Fundo Social de Solidariedade?
- G) Houve alguma intervenção interna ou externa para realização de demandas

que não competem ao trabalho do assistente social? Poderia citar exemplos?

H) Na sua opinião quais são os caminhos para superação das dificuldades enfrentadas no cotidiano profissional?